



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHADORES MIGRANTES
A PROTEÇÃO DO DIREITO À PENSÃO DE VELHICE

JOANA INÊS DA SILVA BARRETO

SETEMBRO- 2013



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

**SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHADORES MIGRANTES
PROTEÇÃO DO DIREITO À PENSÃO DE VELHICE**

JOANA INÊS DA SILVA BARRETO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA MANUELA ARCANJO

SETEMBRO- 2013

Agradecimentos

À Professora Doutora Manuela Arcanjo, minha ilustre orientadora, por toda a dedicação e generosidade, cujo apreço pelo primado do rigor me inspirou na busca dos melhores caminhos possíveis.

À Dra. Elisabete Silveira Diretora de Serviços de Negociação e Coordenação da Aplicação dos Instrumentos Internacionais da Direção-Geral da Segurança Social, pela disponibilidade e apoio.

Aos colegas da Direção-Geral da Segurança Social, em especial, ao Dr. Gabriel Bastos, pela motivação e ajuda constantes.

Ao Dr. José Luís Albuquerque do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e ao Dr. Rui Nicola do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, pelas pistas muito relevantes na elaboração dos cálculos na parte empírica.

À minha família e aos meus amigos, pela paciência e pelo encorajamento.

Resumo

A coordenação internacional dos sistemas de segurança social surgiu como forma de proteger os direitos dos cidadãos que se deslocam internacionalmente.

No caso da União Europeia, a importância desta política é explicada muito por via do princípio da livre circulação de trabalhadores, através da abolição de quaisquer obstáculos nesta área.

Nesta dissertação procurou-se perceber a influência dos mecanismos de cálculo das pensões de velhice nos direitos dos beneficiários portugueses com períodos contributivos em países cujos sistemas foram objeto de estudo e da solução dada pela legislação europeia neste sentido.

Para tanto, com base num exercício empírico, assente em simulações, foi possível chegar a uma indicação do valor de pensão obtido por trabalhadores portugueses emigrantes, por comparação a um trabalhador português com uma carreira constituída unicamente no território nacional.

Abstract

The coordination of the social security systems has become a need as a way to protect citizens' rights when moving internationally.

Within the European Union the importance of this policy finds its explanation majorly in the principle of free labour movement through the abolition of any obstacles in this matter.

In this thesis the aim is to understand the influence of pension calculation mechanisms in Portuguese beneficiaries' rights with insurance periods in several studied countries regarding systems and consequently the solution given by European legislation serving this purpose.

Therefore, based on an empirical exercise settled on simulations, it was possible to reach an indication of the pension value obtained by Portuguese emigrant workers, compared to a Portuguese worker with a career exclusively in the national territory.

Índice

Lista de Siglas e Acrónimos	1
Índice de Figuras	1
Introdução	2
1. Segurança social e trabalhadores migrantes	5
1.1. Segurança social – o alcance do conceito	5
1. 2. A proteção dos riscos sociais e a mobilidade internacional dos trabalhadores	8
1.3. Instrumentos internacionais de segurança social que vinculam o estado português e o processo de coordenação na União Europeia	12
2. Modelos e sistemas de pensões – o caso da União Europeia	18
2.1. Sistemas de pensões e a teoria dos pilares.....	18
2.2. Os sistemas de pensões em Portugal, França, Suíça, Alemanha e Espanha.....	22
2.2.1. Países de destino dos portugueses na União Europeia	22
2.2.2. Análise comparativa dos sistemas de pensões de velhice do regime contributivo.....	24
3. Aplicação das regras nacionais e europeias no cálculo das pensões	27
3.1. Opções metodológicas	27
3.2. Simulação dos valores das pensões para diferentes casos-tipo	28
3.2.1. Caso tipo padrão ou <i>Trabalhador de referência</i>	28
3.2.2. Trabalhador com carreira contributiva repartida entre Portugal e França....	28
3.2.3. Trabalhador com carreira contributiva repartida entre Portugal e Alemanha	30
3.2.4. Trabalhador com carreira contributiva repartida entre Portugal e Espanha .	32
3.3. Reflexões finais	33
Conclusão	35
Referências bibliográficas	38

Lista de Siglas e Acrónimos

CE – Comissão Europeia

DGSS – Direção-Geral da Segurança Social

DGACCP - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

DSNEC – Direção de Serviços de Negociação e Coordenação dos Instrumentos Internacionais

EEE - Espaço Económico Europeu

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIB – Produto Interno Bruto

PPC – Paridade do Poder de Compra

RR – Remuneração de Referência

TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TJ – Tribunal de Justiça

UE – União Europeia

Índice de Figuras

Quadro I – Parâmetros técnicos dos sistemas de pensões do regime geral

Quadro II – Média do rendimento salarial anual bruto de trabalhador do sector industrial e de serviços (2010)

Introdução

As políticas sociais e, muito em particular, as relacionadas com os sistemas de pensões dos Estados Membros da União Europeia constituem, por força das características políticas, económicas, históricas e sociais de cada um dos países, um domínio privilegiado da subsidiariedade.

Daí que, no campo da política europeia, se opte pela via da coordenação que, ao invés de criar um corpo único regulador, procura antes aproximar os diferentes regimes jurídico legais em presença, através da definição de certos padrões e ou objetivos partilhados. Outros quadros de cooperação têm vindo a ser ensaiados, com maior ou menor criatividade, como seja o caso do Método Aberto de Coordenação (intergovernamental), com assinalável êxito para o desenvolvimento da Agenda Social europeia.

Ora, o processo de integração prosseguido, designadamente, através da construção de um mercado único – ambição cimeira do projeto europeu – vê-se confrontado com determinados constrangimentos.

Desde logo, o pilar da liberdade de circulação de pessoas exige soluções específicas que entroncam, precisamente, nas diversas vertentes da organização jurídica da sociedade, dos vários países, com relevo para a componente da proteção social que o Estado confere aos membros da comunidade.

Convém notar que a diversidade dos sistemas de proteção social no seio da União Europeia, de matrizes distintas e graus de generosidade díspares (taxas de substituição, no caso das pensões, por exemplo) poderia, à partida, configurar um óbice à plena mobilidade geográfica dos trabalhadores e suas famílias, ou, pelo menos, um fator desmotivador. Isto sem esquecer as próprias características e funcionamento de cada um

dos diferentes mercados de trabalho (com ênfase para a questão salarial), fatores que influem igualmente nesta equação.

Não é de mais sublinhar o papel central que os sistemas de pensões desempenham nos países desenvolvidos. São, sem dúvida, o elemento primordial das estratégias de subsistência daqueles que, ao longo da vida ativa, participaram – através das contribuições – no processo de mutualização (socialização) do risco associado à eventualidade velhice, garantindo a substituição dos rendimentos do trabalho durante esse período do ciclo de vida.

Acresce que, no conjunto das transferências sociais, as pensões pagas pelo Estado (as de natureza contributiva incluídas) revelam-se um poderoso instrumento de redução do risco de pobreza entre os idosos.

Não é pois de estranhar, com este pano de fundo, o melindre desta realidade que se traduz na sujeição dos trabalhadores migrantes a dois ou mais sistemas de segurança social, com os quais estabelecem relações complexas de direitos e obrigações (exceto nos casos pontuais dos destacamentos) e ao abrigo dos quais erigem expectativas a médio longo prazo, mas que irão projetar-se durante uma etapa delicada (e cada vez mais prolongada) das suas vidas.

A abordagem que o legislador europeu encontrou para responder a este desafio foi o da coordenação de sistemas de segurança social.

Aliás, se a procura de dar resposta aos problemas que surgem aos trabalhadores migrantes está na origem da coordenação internacional das legislações nacionais de segurança social, a atualidade do tema é facilmente demonstrada pela recente discussão acerca da alteração no padrão dos fluxos migratórios em países como Portugal, no contexto da presente crise financeira mundial.

É sobre essa solução e as suas implicações para o nível das pensões dos trabalhadores migrantes portugueses que este trabalho se irá debruçar, de modo a indagar se a fórmula encontrada encerra uma natureza virtuosa, neutra ou prejudicial, na ótica dos beneficiários.

Pretende-se, com este estudo, perceber a influência do mecanismo de cálculo da pensão do regime geral contributivo previsto pelos regulamentos europeus, no valor da pensão dos trabalhadores portugueses que tenham uma carreira contributiva em mais de um Estado-Membro, por comparação aos que tenham tido um período de seguro exclusivamente ao abrigo do sistema de pensões em Portugal.

Analizando a *ratio* das normas da União Europeia, procura-se entender se estas funcionam, de facto, a favor dos beneficiários portugueses nestas condições, protegendo-os das eventuais desvantagens de ter vários períodos de carreira contributiva, ao abrigo de sistemas diferentes, em vez de um período de seguro sujeito em exclusivo às regras nacionais.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro é apresentado um breve enquadramento teórico, através da referência aos princípios internacionais de segurança social. No segundo capítulo, são estudados, de forma simplificada, os modelos de pensões que, a par do português, se revelam importantes enquanto sistemas dos países europeus com maior número de residentes com nacionalidade portuguesa. No último capítulo são apresentadas as opções metodológicas bem como os resultados das simulações efectuadas para o cálculo das pensões de trabalhadores portugueses emigrantes com carreira contributiva repartida entre Portugal e um país de acolhimento, este exercício empírico, baseado na identificação de um caso-tipo, permite a comparação com o designado trabalhador de referência, isto, é, aquele que constituiu toda a carreira contributiva em Portugal.

1. Segurança social e trabalhadores migrantes

1.1. Segurança social – o alcance do conceito

A expressão *segurança social* surge associada a realidades diferentes consoante seja utilizada num sentido mais abrangente, identificado com a ideia de proteção social ou, num sentido mais restrito, incluindo apenas uma parte dos objetivos previstos na primeira aceção (Neves, 2001). Deste modo, torna-se importante destacar que a expressão *segurança social* não tem significado *per si*, no entanto, é possível tentar uma aproximação seu ao alcance (Dupeyroux, 1988), conforme *resulta da vontade expressa das nações* (Mendes, 2011).

Do ponto de vista metodológico, Dupeyroux (1988) distinguiu a realidade da segurança social no plano dos fins prosseguidos pelas políticas de segurança social, por um lado, e por outro lado, no plano dos sistemas de segurança social que constituem os meios ao serviço dos fins determinados politicamente.

Também Neves (2001) concorda com o facto da expressão poder remeter quer para o sistema (meios jurídicos, financeiros e administrativos destinados à concretização do direito à segurança social), quer para a política (opções programáticas adotadas pelos órgãos de poder político responsáveis), no entanto, acrescenta o sentido técnico, isto é, o conjunto de conceitos e regras destinados ao cumprimento da formulação do conceito direito à segurança social escolhido.

Na realidade, não havendo uma definição única subjacente ao conceito de segurança social, a sua delimitação pode ser ensaiada através do estudo dos modelos de segurança social que se repercute na formação do próprio direito, nos regimes jurídicos das prestações, nas técnicas de financiamento e nas formas de gestão (Neves, 1996).

Em traços gerais, o modelo previdencial de proteção identifica-se, *grosso modo*, com o regime ou subsistema contributivo português¹ (Neves, 1998) e pretende predominantemente substituir, temporária ou de forma definitiva, os rendimentos do trabalho (Neves, 1996), ou compensar um acréscimo de despesas (por exemplo, com encargos familiares) (Neves, 2001). Do ponto de vista do financiamento, este modelo baseia-se na técnica do *autofinanciamento* através das contribuições sociais (aplicação de uma taxa às remunerações), a cargo dos trabalhadores por conta de outrem, das respectivas entidades empregadoras e dos trabalhadores independentes (Neves, 1996).

No modelo assistencialista a conceção de direito à segurança social prende-se essencialmente com a proteção das pessoas em situação de carência, ou seja, que não dispõem de meios para viverem de acordo com padrões de mínimos de dignidade humana delimitados em termos legais, mediante prova de condição de recursos. Esta conceção incorpora uma visão redistributiva da segurança social² e o seu financiamento é realizado por transferência (receitas fiscais) do Orçamento do Estado (Neves, 2001).³

Já o modelo universalista, característico dos sistemas de segurança social dos países anglo-saxónicos e nórdicos, radica na extensão da proteção a todas as pessoas – embora a proteção concedida possa ser diversa consoante o grupo em que a lei enquadre os seus beneficiários. Aqui, as prestações de natureza contributiva e de assistência estão

¹ O sistema de segurança social atual em Portugal, tem como principais fontes nacionais de direito a Constituição da República Portuguesa (em especial, o art.63º) e a Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, que aprova as bases gerais do sistema. A lei de bases prevê os três seguintes sistemas: o sistema de proteção social de cidadania (subsistema de ação social, subsistema de solidariedade e subsistema de proteção familiar); o sistema previdencial e o sistema complementar (regime público de capitalização, regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual) (DGSS, 2012).

² Como exemplo da sua expressão temos a consagração do rendimento social de inserção (Lei nº 13/2003, de 21 de Maio de 2003, que revogou o antigo rendimento mínimo garantido). A evolução do conceito pretendeu abandonar o fundamento em critérios exclusivamente económicos e garantir a inserção social e profissional dos interessados.

³ Há uma formulação mais radical deste modelo que propugna a substituição de todas as prestações sociais por uma única (rendimento mínimo), o que resultaria num sistema de proteção exclusiva dos pobres (Neves, 2001).

integradas e os valores em causa em cada um dos modelos são uniformizados. As receitas fiscais constituem a sua fonte dominante de financiamento.

Deste modo, quando se fala em segurança social, é evidente para Neves (1998) a essencialidade da delimitação do tipo de modelo protetor em causa, bem como do conteúdo objeto dessa proteção. O mesmo autor justifica e ilustra a importância desta questão, citando um relatório do Banco Mundial⁴, onde se recusa, por exemplo, a hipótese da utilização da técnica previdencial, com planos de prestações relacionados como os rendimentos, para combater a pobreza - objetivo do subsistema de solidariedade.

Quanto ao conteúdo do direito, verifica-se que tem sofrido uma evolução considerável, desde que na Alemanha, no período de 1883 a 1889, o chanceler Bismark criou os seguros sociais contra a doença, a velhice, a invalidez e os acidentes de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1952, com a Convenção n.º 102, contribui decisivamente para o consenso internacional sobre a norma mínima de segurança social⁵, ou seja, preencheu o conteúdo do conceito (Mendes, 2011), enquanto *direito subjectivo geral* - representando uma obrigação geral dos Estados a sua concretização através de produção legislativa interna (Neves, 1996).

Presentemente, segundo um relatório da OIT (2012a), o nível de proteção da segurança social deve idealmente abranger todos os ramos contidos na norma mínima definidos na Convenção n.º 102; na Convenção n.º 118 (1960) relativa à igualdade de tratamento; na Convenção n.º 121 (1964, revista em 1980): sobre emprego e acidentes de trabalho; na Convenção n.º 128 (1967): sobre invalidez, velhice e sobrevivência; na Convenção n.º

⁴ *Averting the Old Age Crisis. Policies to Protect the Old and Promote Growth*, Oxford University Press, Nova Iorque, 1994, p.119.

⁵ 1) Assistência médica; 2) Subsídio por doença; 3) Subsídio por desemprego; 4) Prestações por velhice; 5) Prestações em caso de acidentes de trabalho e de doenças profissionais; 6) Prestações às famílias; 7) Prestações de maternidade; 8) Prestações de invalidez; e 9) Prestações de sobrevivência.

130 (1969) sobre cuidados médicos e subsídio por doença; na Convenção nº 157 (1982) sobre a manutenção de direitos de segurança social; na Convenção nº 168 (1988) sobre promoção do emprego e proteção no desemprego e na Convenção nº 183 (2000) sobre proteção à maternidade.

1. 2. A proteção dos riscos sociais e a mobilidade internacional dos trabalhadores

O tema da coordenação internacional das legislações nacionais de segurança social, para além da sua atualidade, é caracterizado pela procura de dar resposta aos problemas que surgem neste âmbito aos trabalhadores⁶ migrantes estrangeiros e é indissociável dos movimentos migratórios que se observam a nível internacional.

Surgem, à partida, na generalidade das legislações de cada país, duas características respeitantes ao campo de aplicação pessoal – i.e. dos eventuais beneficiários das prestações garantidas pelo de segurança social – que se baseiam em requisitos distintos. Por um lado, a extensão dos direitos, garantidos ao seu titular, independentemente da sua residência. No sentido de ser dada alguma garantia aos nacionais que emigram, os países de origem estabelecem, por tradição, normas que se podem estender além do seu território, evitando que os seus direitos já adquiridos sejam extintos ou suspensos. Assim, determinadas prestações (ex: familiares) são pagas ao titular do direito, mesmo se este residir fora do território do País que lhe concede a prestação. Por outro lado, nos regimes de base territorial as prestações não são concedidas, por regra, fora do País ao abrigo de cujo sistema o direito foi adquirido, sendo o último mais frequente nos países de acolhimento ou de imigração (Pizzaro, 1982).

Os sistemas de coordenação das legislações nacionais de segurança social desempenham, portanto, um papel relevante enquanto entrave a discriminações sofridas

⁶ Apesar dos destinatários das regras de coordenação não terem sempre a qualidade de trabalhadores, estes continuam a ser o principal alvo destas regras.

pelos trabalhadores estrangeiros, designadamente quanto mais territorial for a aplicação da legislação do país de imigração (OIT, 2010a).

A referida discriminação pode revelar-se ainda numa norma que limite a aquisição dos direitos a quem permaneça no território nacional ou, mesmo quando estendida a estrangeiros, quando seja impossível invocar a unicidade da carreira, não podendo exercer um direito dependente de um período de seguro ou residência – situação conducente à perda de direitos em curso de aquisição (Pizzaro, 1982).

A necessidade de fazer face aos entraves impostos aos trabalhadores migrantes surge justamente com a implementação dos primeiros seguros sociais na Europa, na segunda metade do século XIX. Em 1904, França e Itália assinaram o que foi considerado o primeiro acordo bilateral de coordenação da segurança social. Mas, o que importa referir quanto a estes primeiros acordos é que se restringiam aos trabalhadores nacionais dos dois países e que cobriam apenas alguns benefícios sociais, sempre numa lógica de reciprocidade. A nível multilateral, os primeiros passos foram dados com a Convenção da OIT N.º 48 (1935), e após a segunda guerra mundial, com dois acordos, em 1949, sobre segurança social entre a surgir entre a Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido (CE, 2009).

Na União Europeia, os avanços importantes deram-se com a entrada em vigor do Tratado de Roma (1958) e a previsão da livre circulação de trabalhadores (art. 51º), enquanto legislação primária. Em termos e legislação secundária, seguiram-se inúmeros regulamentos (Regulamento n.º1612/68; Regulamento n.º 1251/70; Regulamento n.º1408/71; e Regulamento n.º 2793/81), todos revogados, após entrada em vigor do atual Regulamento (CE) n.º 833/2004, de 29 de Abril de 2004⁷. Esta evolução permitiu,

⁷ A matéria dos instrumentos internacionais de segurança social que vinculam o Estado Português merece maior desenvolvimento na secção seguinte.

nomeadamente, que fosse ultrapassada a lógica de reciprocidade dos primeiros acordos bilaterais e que o âmbito de aplicação dos regulamentos fosse alargado a nacionais de países terceiros (CE,2009).

Ora, a proteção dos titulares dos direitos de segurança social faz-se, neste contexto internacional, *grosso modo* através da aplicação concreta dos princípios fundamentais em que assenta o processo de coordenação internacional de legislações de segurança social, são eles (OIT, 2010a):

- A igualdade de tratamento, objetivo primeiro e fulcral da coordenação, determina que os trabalhadores migrantes sejam submetidos à legislação de segurança social e beneficiem dela nas mesmas condições que os trabalhadores nacionais do país de destino;
- A determinação da legislação aplicável;
- A conservação dos direitos adquiridos e em curso de aquisição, consubstanciada, nomeadamente, na totalização dos períodos de seguro ou equiparados cumpridos ao abrigo de várias legislações, permitindo reconstituir a unidade da carreira contributiva do trabalhador.

O princípio da igualdade está consagrado expressamente no Regulamento (CE) n.º 833/2004, de 29 de Abril de 2004, atualmente em vigor, no art. 4º com a epígrafe *Igualdade de Tratamento*, sendo que todos outros princípios o têm como finalidade subjacente. Assim, ao nível da União Europeia este princípio é vincado pela letra do referido art.4º - “(...) *as pessoas a quem o presente regulamento se aplica beneficiam dos direitos e ficam sujeitas às obrigações da legislação de qualquer Estado-Membro nas mesmas condições que os nacionais desse Estado-Membro*”.

A aplicação do princípio da determinação da legislação aplicável, através de critérios definidos nos instrumentos internacionais, permite definir a legislação que regula a situação concreta, evitando-se os conflitos positivos ou negativos de leis, ou seja, a acumulação de mais de uma legislação ou a ausência de proteção legal.

A este propósito, destaque-se o art. 8º do Regulamento sobre as relações entre este e outros instrumentos de coordenação, prevendo-se expressamente a substituição de qualquer convenção em matéria de segurança social aplicável entre Estados-Membros. Porém, *“continuam a aplicar-se determinadas disposições de convenções em matéria de segurança social celebradas pelos Estados Membros antes da data de aplicação do presente regulamento, se forem mais favoráveis para os beneficiários (...) Para que continuem a aplicar-se, essas disposições devem estar inscritas no anexo II.”*⁸.

O princípio da conservação de direitos encerra em si as vertentes da conservação dos direitos já adquiridos e a dos direitos em formação. O que se pretende assegurar é que o direito adquirido em território nacional se mantenha fora do território e que os sistemas de segurança social tenham em conta os períodos cumpridos fora do País, quer na perspectiva da concessão de direitos, quer para efeitos do cálculo das prestações. A técnica da totalização dos períodos de seguro ou equiparados⁹ garante a aquisição dos direitos em curso de aquisição.

Sublinhe-se, por fim, que o problema da ausência de proteção dos trabalhadores migrantes subsiste, como é aliás fácil de entender, quando se trata de atividades no seio de *economias informais* (OIT, 2010b).

⁸ O Anexo II do Regulamento contém as disposições de convenções bilaterais de segurança social mantidas em vigor entre os Estados Membros.

⁹ A noção de períodos de seguro ou equiparados inclui os períodos chamados equivalentes (ex: incapacidade ou desemprego), mas também períodos de seguro voluntário, de actividade profissional ou de residência.

1.3. Instrumentos internacionais de segurança social que vinculam o estado português e o processo de coordenação na União Europeia

Portugal tem estabelecido, ao longo do séc. XX e XXI, acordos bilaterais sobre segurança social com outros países, regendo-se sempre pela lógica dos princípios de coordenação internacional de segurança social patente no primeiro ponto do presente capítulo.¹⁰

Em matéria de acordos bilaterais, realça-se a tendência para estes conterem disposições menos favoráveis, quer quanto ao âmbito de aplicação subjetivo, quer quanto ao âmbito de aplicação material, por comparação com o direito da União Europeia.

Contudo, na proteção dos direitos dos particulares assinalam-se disparidades também nas Convenções celebradas bilateralmente, conforme reflete de forma exaustiva o Anexo III.

A nível multilateral, Portugal encontra-se vinculado a distintos instrumentos normativos no âmbito de organizações internacionais, designadamente: o Conselho da Europa, com a Carta Social Europeia (de 1961); a Organização Internacional do Trabalho, com sucessivas Convenções nesta área; a Organização das Nações Unidas, com o Pacto Internacional dos direitos económicos, sociais e culturais (de 1966), ou a Organização Ibero-Americana de Segurança Social, com a Convenção da mesma organização (2007).¹¹

No caso da União Europeia – com análise destacada por ser uma organização com características supranacionais - o objetivo primordial do desenvolvimento desta área do

¹⁰ O Anexo I espelha o cenário atual dos instrumentos internacionais bilaterais que vinculam o Estado Português, sendo que, como se refere na coluna das observações, algumas convenções aguardam ainda entrada em vigor.

¹¹ O Anexo II contém informação respeitante aos acordos multilaterais sobre segurança social, ou que incluem disposições sobre segurança social, celebrados por Portugal no âmbito de organizações internacionais, à exceção da União Europeia.

direito foi garantir a liberdade de circulação dos trabalhadores, evitando-se, no que toca à segurança social, que o trabalhador sofresse por recorrer àquela faculdade (OIT,2010b).

É certo que os Estados definem a organização dos seus sistemas de proteção social, particularmente quanto ao regime de inscrição, os períodos contributivos e os requisitos para a atribuição das prestações, contudo, como decorre do princípio da igualdade, não pode haver discriminações com base na nacionalidade¹².

Com este propósito foram criados sucessivos regulamentos comunitários, cujos âmbitos subjetivos de aplicação se tornaram cada vez mais amplos, *“conduzindo a que muitos dos atuais beneficiários dos mesmos não tenham a sua abrangência justificada através da liberdade de circulação dos trabalhadores, mas sim mediante outros fundamentos legais”* (Ferrão, 2009:1130).

O sentido desta coordenação é que não haja desincentivo à livre circulação de trabalhadores e que as diferenças, sentidas quando se movimentam no Espaço Económico Europeu (EEE)¹³, sejam mitigadas pela aplicação do Regulamento vigente. Neste contexto, foi consagrado como fundamental o princípio da igualdade de tratamento, prosseguido, em especial, através da aplicação do princípio *lex loci labori*, estando os trabalhadores sujeitos à legislação do local onde trabalham (Cremeres, 2011).

¹² Na União Europeia estima-se haver 10.5 milhões de trabalhadores migrantes, um milhão de pessoas a passar a fronteira todos os dias para trabalhar e cerca de 250 mil pessoas que trabalharam em mais de um Estado-Membro, com necessidade de exportar direitos de pensão todos os anos (OIT 2010b).

¹³ As disposições da União Europeia (UE) podem ser invocadas em todos os países pertencentes à UE, mas também na Islândia, Noruega e Liechtenstein e aos nacionais desses países que trabalhem na EU, em virtude do Acordo sobre o EEE, de 02/05/1992. Também se aplicam à Suíça as normas sobre segurança social, em virtude do Acordo bilateral celebrado entre a Suíça e a CE, desde 1 de Junho de 2002. Contudo, os novos Regulamentos (CE) n.º 883/2004 e (CE) n.º 987/2009 aplicar-se-ão aos países do EEE e à Suíça só quando estes tiverem sido modificados. Até lá, continuam a ser aplicados a esses países os regulamentos (CEE) n.º 1408/71 e (CEE) n.º 574/72.

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) consagra, assim, no seu art. 45.º a liberdade de circulação dos trabalhadores, porém, esta liberdade só pode ser alcançada se os direitos de segurança social já adquiridos ou em formação forem mantidos.

Com fundamento nos termos do art. 48º do TFUE, foi desenvolvido um importante trabalho jurisprudencial do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJ), mas também de direito derivado da União. O primeiro Regulamento relativo à segurança social dos trabalhadores migrantes, foi o Regulamento n.º 3, de 25 de Setembro de 1958, publicado no Jornal Oficial 30, de 16/12/58, seguido pelo Regulamento n.º 1408/71.¹⁴ No entanto, segundo um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010b) a jurisprudência tem tido uma carga excessiva e tornado complicada a aplicação dos regulamentos.

Ora, a definição de coordenação, presente em matéria de coordenação da segurança social ao nível da União Europeia, é-nos dado por Conceição (2008), segundo o qual aquela *“visa o equilíbrio de relações que se institui entre normas ou sistemas jurídicos que podem permanecer completamente diferente”*, enquanto, por oposição, segundo o mesmo autor, a harmonização pretende ser um sistema mais evoluído do que a coordenação, levando à eliminação de diferenças substanciais entre normas.

As diferenças entre as legislações nacionais são, de facto, muitas e relevantes, pelo que a harmonização não parece ser uma hipótese. No entanto, para Ferrão (2009:1141) a harmonização levaria a *“que os direitos dos beneficiários fossem protegidos de uma forma muito mais eficiente”*. A mesma autora atribui esta resistência à harmonização

¹⁴ Revogado pelo Regulamento (CE) n.º 883/2004, apenas se mantendo em vigor nos casos previstos no artigo 90º, n.º1, segunda parte, alíneas a), b), c) do Regulamento n.º883/2004.

das legislações entre os Estados-Membros, às importantes disparidades entre as legislações e à relutância em abdicar do controlo desta matéria.

Actualmente, o debate em torno desta questão parece ultrapassado, partindo-se do pressuposto que a harmonização dos sistemas de segurança social na União Europeia nunca esteve em causa, nomeadamente por não constituir um risco para a concretização do mercado único. Não obstante, a coordenação dos sistemas de segurança social, além de não obstar às perspectivas de integração económica da União, deve sobretudo contribuir para a sua existência, eliminando barreiras à circulação de pessoas (Rogowski & Kajtár, 2004).

Assim, na União Europeia, as disposições de coordenação de segurança social existem há cerca de 50 anos, mas a *Coordenação modernizada da segurança social da União Europeia* surgiu em 2004 com o Regulamento (CE) n.º 883/2004 do Parlamento e do Conselho e, mais tarde, com o Regulamento (CE) n.º 987/2009 do Parlamento e do Conselho - as novas regras entraram em vigor em Maio de 2010 (Cremeres, 2011).

Os objetivos da *Coordenação modernizada da segurança social da União Europeia*, são, essencialmente, os seguintes (OIT, 2010a):

- O alargamento do campo de aplicação pessoal dos Regulamentos. Isto significa que não só trabalhadores dependentes e independentes, funcionários públicos, estudantes e pensionistas serão protegidos pelas regras de coordenação, mas também pessoas que não fazem parte da população ativa;
- A extensão do campo de aplicação material dos Regulamentos aos beneficiários que garante o acesso cuidados médicos e o direito a receber prestações familiares, mesmo quando não residam no Estado-Membro competente;

- A alteração de disposições relativas ao desemprego, incluindo o direito à exportação do subsídio de desemprego por pessoas que se deslocam para outro Estado-Membro, a fim procurar emprego (pelo prazo de três meses, que pode ser prorrogado até um máximo de seis meses);
- O reforço do princípio geral da igualdade de tratamento;
- A introdução do princípio da *boa administração*, que estabelece a obrigação de cooperação entre instituições dos Estados-Membros, em benefício dos cidadãos.

Finalmente, ao objectivo *boa administração* tem sido dado em destaque especial, sendo o avanço na troca electrónica de dados corporiza a sua principal manifestação. Assim, *Coordenação modernizada da segurança social da União Europeia* resulta da necessidade de simplificação da aplicação das regras de coordenação, tendo sempre em vista a defesa dos direitos dos cidadãos que se deslocam na União Europeia, mesmo quando isso não aconteça por motivos profissionais.

O processo de coordenação europeu, no domínio das pensões, tem tido diversos instrumentos (regulamentos, diretivas e também vias menos formais) de acordo com o que tem sido estabelecido pelos Tratados. A verdade é que ação da Europa, neste campo, pretendeu sempre servir princípios como a integração dos mercados, a uniformização da política económica e fiscal e a coordenação das políticas sociais e de emprego (*European Social Observatory*, 2011).

Contudo, constata-se que a coordenação dos sistemas de segurança social (através dos novos Regulamentos n.º 883/2004 e n.º 987/2009) se limita hoje aos regimes gerais e profissionais de pensões.

A este propósito a Comissão Europeia, em 2005, apresentou uma proposta de Diretiva que previa portabilidade dos fundos complementares, porém, este diploma não foi aceite pelos Estados. Mesmo após a revisão desta Diretiva em 2007, não foi possível ainda chegar a um consenso nesta matéria, pelo que a Diretiva 89/49/CE tem cumprido um papel (pouco reconhecido) de proteção dos direitos associados aos sistemas complementares de pensões (*European Social Observatory*, 2011).

Em suma, a questão que se coloca é a de saber se o quadro legislativo, impulsionado pela vontade política, estará pronto para acompanhar as inovações dos modelos de pensões, isto é, a tendência por parte dos Estados para recorrer aos regimes complementares de pensões.

2. Modelos e sistemas de pensões – o caso da União Europeia

2.1. Sistemas de pensões e a teoria dos pilares

A segurança social, além da oferta assistencialista, conforme referida no capítulo precedente, é orientada principalmente¹⁵ para a substituição e garantia de rendimentos, por isso, os seus membros ativos encontram-se obrigatoriamente vinculados ao sistema, que lhes confere o direito a prestações ou serviços quer na sua fase ativa, quer na reforma¹⁶ (Mendes, 2011).

Ora, o presente subcapítulo centrar-se-á nos sistemas de pensões por velhice¹⁷, mais precisamente, na sua arquitetura, enquanto parte integrante dos sistemas de segurança social.

Na União Europeia a coexistência de diversos tipos de sistemas de pensões é explicável, designadamente, face às disparidades estruturais de carácter social, financeiro e económico, entre o conjunto de Estados-Membros. Começa-se por distinguir, de forma sumária, as diferentes arquitecturas dos sistemas de segurança social, com pensões por velhice que revelam características distintas, compreendendo regras específicas de acesso, financiamento, cálculo e administração. O quadro institucional dos modelos de pensões confere papéis com pesos diferentes ao estado, ao mercado, à sociedade civil ou os parceiros sociais (Natali, 2011).

¹⁵ A comprovar o peso dos encargos com pensões por velhice suportados pelos sistemas de segurança social da Europa-27 em 2008, atente-se nos dados publicados pelo Eurostat (2012a): em média, a despesa com as pensões por velhice e sobrevivência representam 11.7% do PIB, sendo a despesa com pensões por velhice correspondiam a 39.1% (em PPC) da despesa total com a proteção social.

¹⁶ O art.51º, da Lei n.º4/2007, referente ao regime previdencial abrange trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes ou legalmente equiparados (membros de órgãos estatutários), mas estende-se também a pessoas não ativas, nas condições legalmente previstas.

¹⁷ O regime previdencial prevê a atribuição de pensão por velhice, mas também, por invalidez e por morte - art. 52º, n.º 1 al. e), f) e g) da Lei n.º4/2007.

No sentido de caracterizar a arquitectura dos sistemas e permitir uma análise comparativa, foi adotada pela primeira vez a terminologia dos três pilares em 1994, pelo Banco Mundial (OCDE, 2005).

De acordo com a tipologia original, do primeiro pilar, faziam parte as pensões cujo único objetivo seria a redução do risco de pobreza; do segundo pilar, um regime obrigatório de poupança e do terceiro pilar os regimes de pensões individuais e voluntárias (OCDE, 2005). Segundo Mendes (2011), o primeiro pilar, obrigatório, preconizado pelo Banco Mundial, tinha objectivos redistributivos e de seguro, que incluía pensões pouco generosas, universais e financiadas essencialmente por impostos; o segundo, também obrigatório, era considerado como não redistributivo, baseava-se em esquemas profissionais; e o terceiro pilar, privado e voluntário.

Posteriormente, a OCDE (2005) propôs uma nova terminologia, que resultou no desenvolvimento do estudo de cada um dos pilares, tendo em conta os seus objetivos, de acordo com o desenho dos sistemas de proteção à velhice atualmente em vigor. Foram identificados três níveis, dois dos quais obrigatórios. O primeiro integra uma parte com intuitos redistributivos, o segundo com natureza de seguro e com uma base contributiva, visando manter um nível de vida semelhante ao do segurado na fase ativa, enquanto o terceiro nível é classificado de voluntário.

Do primeiro nível fazem parte três tipos de prestações, tendo como finalidade prevenir o risco de pobreza na velhice. Assim, este primeiro nível integra: a) pensões dependentes de prova de condição de recursos, presentes na generalidade dos países da OCDE; b) pensões básicas, ora com base em prestações fixas, ora com um valor que depende unicamente dos anos de trabalho e não do valor do salário; e c) pensões mínimas que diferem das primeiras, porquanto a prova de condição de recursos só tem em conta o valor da pensão e não outro tipo de rendimentos.

Já o segundo nível, reconduz-se a uma ideia de seguro e visa assegurar ao pensionista uma taxa de substituição do rendimento que lhe permita¹⁸ manter um nível de vida semelhante ao da sua vida ativa, enquanto trabalhador.

A pensão pode ser definida em diferentes esquemas: com base no número de anos de contribuição e nos rendimentos auferidos (*Defined-benefit*); através com um sistema de pontos baseado nos seus rendimentos anuais; ou, ainda (*Defined-contribution*) o esquema em que as contribuições individuais são canalizadas para contas individuais, sendo que as pensões são normalmente o resultado do capital acumulado e do que resulta do seu investimento (OCDE, 2011).

O terceiro nível corresponde a planos privados de poupanças-reforma individuais, com base em contratos de seguro com instituições privadas prestadoras de serviços financeiros (por exemplo, com bancos, seguradoras, fundos de pensão com adesão individual). Os sistemas com este nível mais presente são totalmente baseados em fundos de pensões e frequentemente não envolvem a função redistributiva (Natali, 2011).

Apesar de este tipo de classificação ser amplamente usada para perceber o papel e objetivo de cada parte dos sistemas (OCDE, 2011) cumpre referir que estes não são estanques, sendo que muitos países têm modelos mistos (públicos e privados), muitas vezes, resultado de vários impulsos reformistas devido a pressões demográficas e financeiras (Natali, 2011).

De facto, as grandes reformas dos sistemas de pensões, no período entre o final do século XX e início do século XXI, resultaram numa convergência entre os vários

¹⁸ Relação entre montante da pensão com carreira contributiva completa e remuneração média de toda a carreira contributiva e profissional do trabalhador quando ativo, antes de impostos (Mendes, 2011).

sistemas de pensões europeus, porém, isso não significa que não persistam diferenças significativas entre grupos ou *clusters* de países (*European Social Observatory*, 2011).

Assim, o primeiro grupo, representado pelo Reino Unido, Dinamarca, Irlanda e Países Baixos, é considerado a primeira geração de sistemas combinados ou mistos. Neste caso, os sistemas têm-se mantido estáveis e os fundos são sobretudo de origem privada, enquanto ao Estado é confiado o papel de prevenir o risco de pobreza.

No segundo grupo, contam-se países da Europa Central como a Polónia e os países do Báltico, fazendo parte de uma segunda vaga de sistemas mistos. Aqui, o papel dos sistemas complementares de pensão é crescente devido ao seu carácter obrigatório.

O terceiro grupo é constituído por países da Europa Continental e do Sul (como a Alemanha, França, Bélgica, Itália ou Portugal¹⁹), este é considerado a primeira geração de sistemas de seguro social. Neste grupo houve uma preocupação em conter a despesa pública, o apoio será feito através do crescente aposta nos regimes privados de poupança, tendo em vista manter níveis de vida semelhantes aos conseguidos antes das reformas dos sistemas, através da partilha de responsabilidades entre instrumentos públicos e privados.

Finalmente, os países nórdicos (Suécia e Finlândia) fazem parte do quarto grupo, portanto, da segunda geração de sistemas de seguro social, onde se assiste a um peso maior dos regimes complementares de pensões que são quase obrigatórios (Natali, 2008).

¹⁹ No caso de Portugal (com a reforma de 2007) e da Alemanha, na sequência do acompanhamento das reformas de segunda geração (início do séc. XXI), houve ajustamentos paramétricos, com a introdução de fatores de sustentabilidade e adoção de fórmula de cálculo que considera salários de toda a carreira contributiva. Porém, em países como Hungria, Polónia, Suécia, o que mudou foi o paradigma do sistema (reforma estrutural), suprimindo benefícios definidos e substituindo por contribuições definidas, com contas individuais obrigatórias e de gestão privada (Mendes, 2011).

2.2. Os sistemas de pensões em Portugal, França, Suíça, Alemanha e Espanha

2.2.1. Países de destino dos portugueses na União Europeia

O estudo dos diversos tipos de sistemas de pensões europeus, impõe a circunscrição *a priori* a um conjunto limitado de países de destino dos migrantes portugueses na Europa que facilite a análise e a torne mais produtiva.

Torna-se útil, antes de mais, refletir, ainda que brevemente, sobre os padrões migratórios em Portugal e na Europa. Certo é que, tanto em Portugal, como nos restantes países europeus, os padrões e fluxos migratórios são o resultado da história e de tendências actuais (Eurostat, 2012a).

Na Europa, por exemplo, após o decréscimo do fenómeno *baby boom* – súbito aumento da natalidade após da segunda guerra mundial, entre as décadas de 40 e 60 - e com a saída do mercado de trabalho das pessoas nascidas nesta altura, o problema da escassez de pessoas em idade ativa tornou-se evidente. Como consequência, é fácil compreender o aumento futuro da despesa com pensões, cuidados de longa duração, saúde e o incremento do índice de dependência de idosos²⁰. No entanto, admitindo a incapacidade de se combater o fenómeno demográfico descrito, a grande contribuição das vagas de imigração para a Europa será eventualmente o combate a lacunas no mercado de trabalho em áreas específicas, muitas qualificadas, numa perspectiva estratégica que privilegie a competitividade económica (CE, 2009).

Com efeito, a imigração por razões laborais atingiu grandes proporções, nas décadas de 60 e 70, para países como França, Alemanha e Reino Unido, enquanto Espanha e, na mesma altura, Portugal e Itália se tornaram países de emigração por excelência (Eurostat, 2012a). Registe-se, a propósito, que o fenómeno português de emigração tem ganho importância desde 2005, enquanto o fenómeno de imigração está a perder

²⁰ Proporção entre as pessoas com 65 anos ou mais e as que têm entre 15 e 64 anos.

importância face à crise económica mundial e aos seus reflexos em Portugal, com um declínio de cerca de 12% dos fluxos migratório de entrada no ano de 2010 (OCDE, 2011).

Para que se tenha uma noção do fenómeno migratório recente, no contexto da União Europeia, atente-se nos dados publicados num relatório do Eurostat (2012a). Deste modo, em 2008, de acordo com o mencionado relatório, os 27 Estados-Membros receberam dois milhões de migrantes, provenientes de outros Estados-Membros.

Os cidadãos de nacionalidade romena, alemã e polaca são os que mais se deslocaram no espaço europeu em 2008 – nesta contabilização são tidos em conta os movimentos migratórios dos cidadãos, mesmo que estes nem sempre provenham do país da sua naturalidade.

Nesta data, Portugal aparece como um dos dez países cujos cidadãos nacionais mais se deslocam na União Europeia, se excluirmos os nacionais que regressaram no ano de 2008, com 38 000 cidadãos a escolher sair do País com destino a outro Estado-Membro.

Neste trabalho, o critério adotado para a seleção dos países do estudo empírico baseou-se no número de portugueses residentes nesses países, de acordo com os últimos dados disponíveis. Os dados tidos em conta foram fornecidos à Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP)²¹, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelas entidades estatísticas responsáveis, nos diferentes países da União Europeia, e pela recolha e tratamento da informação referente aos fenómenos migratórios.

²¹ Apesar desta informação constar do site do Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>), foram analisados os dados, mais recentes, fornecidos diretamente pela DGACCP, no dia 15/07/2013. Destaque-se ainda a dificuldade reconhecida em encontrar dados rigorosos nos estudos sobre fenómenos migratórios portugueses. A verdade é que os dados relativos aos movimentos de entrada de cidadãos de outros países da União Europeia se tornaram difíceis de contabilizar, devido à ausência de controlo dada a facilidade de circulação no espaço europeu.

Assim, de acordo com os dados estatísticos mais recentes, os quatro países com maior número de residentes com nacionalidade portuguesa são: a) *França* (com 492.479, em 2009), b) *Suíça* (com 223.667, em 2012), c) *Alemanha* (com 119.236, em 2012) e d) *Espanha* (com 128.795, em 2012).

2.2.2. Análise comparativa dos sistemas de pensões de velhice do regime contributivo

Neste trabalho, o estudo dos sistemas de pensões dos países em causa será limitado ao sistema contributivo – regime geral da segurança social – pertencente ao primeiro pilar, de acordo com a terminologia mencionada na secção anterior.

A análise de parâmetros técnicos para este tipo de pensões é feita com recurso a um quadro comparativo, precedido de algumas considerações genéricas acerca dos regimes nos cinco países.

Assim, o sistema de pensão por velhice português do sistema contributivo, tem por base uma lógica de obrigatoriedade, quer para os trabalhadores do sistema público, quer para os do privado (trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes).²² Este regime é financiado por receita em contribuições²³ e é gerido em repartição (ou *pay-as you-go*, na terminologia anglo-saxónica) (CE, 2010).

Quanto ao regime contributivo de segurança social francês²⁴, no caso da pensão por velhice, é obrigatório e é financiado por contribuições sociais e impostos. Na Suíça, o sistema geral gerido também no esquema *pay-as you-go* e financiado por receitas em

²² Coexistem ainda regimes especiais para alguns grupos (advogados, polícias e militares), no entanto, o regime de previdência dos funcionários públicos, a cargo da Caixa Geral de Aposentações, vigora só para os que foram admitidos até 12 de dezembro de 2005. Assim, o pessoal admitido na função pública a partir de 1 de janeiro de 2006 passa a estar forçosamente inscrito no regime geral de segurança social.

²³ No total, as contribuições para o regime geral da segurança social correspondem a 34.75% do salário bruto - 11% descontados pelo trabalhador (beneficiário) e 23.75% pelo empregador (contribuinte).

²⁴ No total, as contribuições para o regime geral da segurança social correspondem a 15.15% do salário bruto - 6.7% descontados pelo trabalhador e 8.40% pelo empregador (*Régime général d'assurance vieillesse des travailleurs salariés*, RGA VTS).

contribuições sociais. Na Alemanha²⁵, o terceiro país com o maior número de residentes portugueses, o sistema geral de pensões é obrigatório tendo, porém, uma importante tradição de regimes complementares ligados às classes ou categorias profissionais, à semelhança do regime francês (CE,2010). O cálculo das pensões do regime geral tem por base um sistema de pontos, obtidos anualmente e somados no fim da carreira, de acordo com o valor atribuído a um ponto no ano do pedido de reforma (em 2008 equivalia a € 316.98).

Por fim, em Espanha, o sistema de pensões do regime geral é obrigatório, financiado por contribuições sociais (CE,2010).²⁶

O quadro que se segue descreve comparativamente parâmetros técnicos dos sistemas dos referidos países, relativos às pensões de velhice do sistema contributivo, com base na informação disponível na base de dados *Mutual Information System on Social Protection* (MISSOC)²⁷ com dados relativos ao mês de Janeiro de 2013.

²⁵ No total, as contribuições para o regime geral da segurança social correspondem a 18.90% do salário bruto - 9.45% descontados pelo trabalhador e 9.45% pelo empregador.

²⁶ No total, as contribuições para o regime geral da segurança social correspondem a 28.3% do salário bruto - 4.7% descontados pelo trabalhador e 23.6% pelo empregador.

²⁷ Esta base de dados eletrónica constitui um meio de troca de informação sobre sistemas de segurança social entre os países da União Europeia, a Islândia, o Liechtenstein, a Noruega e a Suíça, com informação detalhada e atualizada em inglês, alemão e francês.

Quadro I – Parâmetros técnicos dos sistemas de pensões do regime geral

	Portugal	França	Suíça	Alemanha	Espanha
Idade legal de reforma	65 anos	60 anos ²⁸	Homens: 65 anos Mulheres: 64 anos	67 anos	65 anos
Prazo de garantia	15 anos	O direito constitui-se quando o registo de contribuições é suficiente para um valor de pensão (Jan/2013= €1,886), calculado com base no salário mínimo	1 ano	5 anos	15 anos
Pensão completa	40 anos	60 anos ou aos 62 anos (de acordo com o ano de nascimento ou se pertence a um grupo específico de trabalhadores)	Com registo de contribuições desde os 25 anos: Homens - aos 65 anos; Mulheres – aos 64 anos	Nº de anos equivalente ao da média do seu grupo etário	35 anos e 3 meses de carreira contributiva
Limite de valor da pensão	Não aplicável	€18,516 por ano	€23,220 por ano ou €34,836 por ano do valor auferidos em pensões (velhice ou invalidez) por casal	Não aplicável	€35,673 por ano
Fatores relevantes	N.º de anos de carreira contributiva; a média do salário mensal ao longo de toda a carreira; e fator de sustentabilidade relacionado com o aumento da esperança média de vida	N.º de anos de carreira contributiva; período necessário para pensão completa; média do salário anual ao longo de toda a carreira	N.º de anos de carreira contributiva; e média do salário anual	Valor total das contribuições sobre salário ao longo de toda a carreira; contribuições voluntárias; e períodos de licença de maternidade/paternidade	N.º de anos de carreira contributiva e média do salário anual dos últimos 15 anos de carreira

Fonte: MISSOC, 2013

²⁸ No regime geral, a idade mínima para apresentar o pedido de reforma é de 60 anos, para nascido antes de 1 de Julho de 1951. A idade da reforma aumenta cinco meses por ano até ao limite de 62 anos para pessoas nascidas até 1955. Se o período mínimo não for cumprido por pessoas nascidas antes de 1 de julho de 1951, a idade requerida é 65 anos. A idade de reforma, neste caso, aumenta gradualmente por ano de nascimento até ao máximo de 67 anos, para pessoas nascidas em 1955 ou mais tarde.

3. Aplicação das regras nacionais e europeias no cálculo das pensões

3.1. Opções metodológicas

Com o objectivo de conseguir uma indicação do valor da pensão de velhice obtida por trabalhadores emigrantes, por comparação a um trabalhador português que tenha constituído toda a carreira contributiva em território português, optou-se pela definição de uma pessoa imaginária (de agora em diante, casos-tipo) com determinadas características: i) Homem (sem interrupção de carreira); ii) Sem agregado familiar; iii) Trabalhador por conta de outrem a tempo inteiro; iv) Trabalhador da Indústria, em empresas com 10 ou mais trabalhadores.

O quadro que se segue contém os valores do rendimento salarial anual bruto em 2010, de trabalhador do sector industrial e de serviços, em Portugal e nos quatro países seleccionados e já referidos no capítulo anterior.

Quadro II – Média do rendimento salarial anual bruto de trabalhador do sector industrial e de serviços (2010)

Países	Portugal	França	Suíça	Alemanha	Espanha
Rendimento anual	€19.424	€ 37.627	€ 60.135	€ 44.465	€ 29.009

Fonte: Eurostat (2012b)

É evidente a disparidade salarial entre os quatro países em causa. No entanto, o objetivo deste exercício é estudar, para além do nível salarial, a influência dos diferentes mecanismos de cálculo na liquidação da pensão de um português, com uma carreira contributiva constituída em mais do que um Estado-Membro, em relação ao trabalhador português com carreira contributiva cumprida em Portugal exclusivamente.

A simulação dos valores das pensões, para os caso-tipo definidos, teve em conta a hipótese de períodos contributivos cumpridos ao abrigo dos requisitos dos sistemas de segurança social de Portugal, França, Alemanha e Espanha - tratados no capítulo anterior²⁹. Adicionalmente, importa destacar que se admitiu nas diversas simulações que todos os trabalhadores emigrantes ingressariam nos mercados de trabalho dos mercados dos países de destino auferindo o salário médio aí praticado.

3.2. Simulação dos valores das pensões para diferentes casos-tipo

3.2.1. Caso tipo padrão ou *Trabalhador de referência*

O caso tipo padrão ou trabalhador de referência, tendo exercido a sua atividade profissional exclusivamente em território nacional, com carreira contributiva única e registos de remunerações durante 30 anos, esteve sujeito às regras do sistema segurança social português respeitantes à pensão de velhice do regime geral (Anexo IV).

Partiu-se, assim, do pressuposto que o trabalhador atingiu a idade legal de reforma em 2011 (65 anos), que o prazo de garantia foi cumprido (neste caso, 30 anos) e aplicaram-se as regras nacionais de cálculo do montante da pensão de velhice.

O valor bruto da pensão, neste caso, seria de: €694.28 mensais (ao longo de 14 meses) (Anexo IV e VI).

3.2.2. Trabalhador com carreira contributiva repartida entre Portugal e França

Está em causa agora uma situação em que o trabalhador tenha 15 anos de carreira contributiva em Portugal (durante o período de 1981 – 1995) e 15 anos em França (durante o período de 1996 – 2010), a receber o salário médio anual dos respetivos países, de acordo com os valores constantes do Quadro II.

²⁹ Não foi possível realizar o mesmo exercício no caso da Suíça, uma vez que a informação disponível publicamente não se revela suficiente para a simulação. As instituições Suíças competentes foram contactadas, porém, a resposta não chegou em tempo útil.

Neste caso, de acordo com as regras nacionais, o trabalhador atingiu o prazo de garantia e por isso tem direito a uma prestação, independentemente dos períodos de seguro cumpridos fora do País.

Ora, nos termos do art. 52º, n. 1, al. a) do Regulamento (CE) N.º 883/2004, a instituição competente calcula o montante da prestação de acordo com a legislação por ela aplicada, desde que preenchidos os pressupostos do direito exclusivamente ao abrigo da legislação nacional - *prestação autónoma*.

Em Portugal, com a aplicação da fórmula de cálculo atualmente em vigor, este trabalhador teria direito a uma pensão de velhice no valor de €261.73 (Anexo VI), tendo em conta que estariam cumpridos todos os outros pressupostos (inclusive o período de seguro mínimo, 15 anos³⁰).

Assumindo os mesmo pressupostos, por parte de França, o trabalhador receberia uma prestação mensal no valor de: €330.23.

Assim, a soma das duas pensões calculadas autonomamente tem como resultado o seguinte valor mensal: €591.97.

Porém, de acordo com as regras da União Europeia, no caso do trabalhador ter períodos contributivos em mais de um Estado-Membro, a instituição competente fará os cálculos nos termos do art. 52º, n. 1, al. b) do Regulamento (CE) N.º 883/2004, também conhecido como cálculo pro-rata. Assim, a instituição calcula o montante da prestação mediante o cálculo do *montante teórico*, seguido do cálculo de um *montante efetivo* (prestação proporcional).

³⁰ O mecanismo da totalização permite que sejam contabilizados os períodos de seguro que tenham sido cumpridos num Estado-Membro e que não sejam suficiente para formar o direito a uma prestação autónoma nesse Estado, que passam a integrar a carreira do beneficiário, noutro Estado, nos termos da legislação aplicável pela instituição competente deste último (art. 12º do Regulamento (CE) n.º 883/2004).

Em primeiro lugar, o montante teórico da prestação é igual à prestação que o interessado poderia pretender se os períodos de seguro cumpridos ao abrigo das legislações dos outros Estados-Membros tivessem sido cumpridos ao abrigo da legislação por ela aplicada à data da liquidação da prestação – al. b) i), art. 52º do Regulamento. Ou seja, são contabilizadas as prestações como se o trabalhador tivesse cumprido uma carreira de 30 anos em Portugal e 30 anos em França.

Em segundo lugar, a instituição determina o montante efectivo da prestação proporcional, aplicando ao montante teórico a proporção entre a duração dos períodos de seguro cumpridos, ao abrigo da legislação por ela aplicada, e a duração total dos períodos cumpridos, ao abrigo das legislações de outros Estados-Membros às quais o interessado tenha estado sujeito - al. b) ii), art. 52º do Regulamento.

Do cálculo das prestações com a ponderação dos 30 anos, resulta que este trabalhador receberia, por parte de Portugal €694.28 de prestação mensal e por parte de França a quantia de €825.13 (Anexo V e VI).

Deste modo, da soma dos montantes calculados proporcionalmente, segundo as regras europeias, resulta uma quantia superior à inicialmente simulada (€759.70) e seria esta a prestação a que o interessado teria direito, de acordo com o n.º3 do citado art. 52º do Regulamento³¹.

3.2.3. Trabalhador com carreira contributiva repartida entre Portugal e Alemanha

Assumindo que se encontram cumpridos todos requisitos supra mencionados, simulam-se agora os valores de pensão do trabalhador português se este tivesse repartido os seus

³¹ Sublinhe-se que só há recurso ao cálculo proporcional no caso do montante resultar mais elevado que do cálculo da prestação autónoma. Em Portugal, o cálculo proporcional é aplicado a todos os pedidos de pensão de invalidez, velhice e sobrevivência, nos casos em que o total dos períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação de mais do que um Estado-Membro for a igual ou superior a 21 anos, quando dos períodos de seguro nacionais sejam iguais ou inferiores a 20 anos – n.º 4 do art. 52º do Regulamento (CE) n.º 883/2004 (Anexo VIII).

períodos contributivos entre Portugal (durante o período de 1981 – 1995) e a Alemanha (durante o período de 1996 – 2010).

Em Portugal, à semelhança do caso anterior, tendo em conta que estariam cumpridos os mesmos pressupostos, a *prestação autónoma* teria o seguinte valor mensal: €261.73 - com os 15 anos de contribuições contabilizados isoladamente, nos termos do art. 52º, n. 1, al. a) do Regulamento (CE) n.º 883/2004.

Da mesma forma, com a aplicação das regras do sistema alemão (Anexo VII), o trabalhador receberia uma prestação mensal no valor de: €568.80, quando contabilizados os 15 anos, sem atender aos restantes 15 cumpridos em Portugal

Assim, a soma das duas pensões calculadas autonomamente tem como resultado o seguinte valor mensal: €830.53 (Anexo VIII).

Recorde-se que nos termos do art. 52º, n. 1, al. b) do Regulamento (CE) n.º 883/2004, cada uma das instituições competentes calcula o montante da prestação mediante o cálculo do *montante teórico*, seguido do cálculo de um *montante efectivo* (prestação proporcional), no caso de esta se revelar a hipótese mais favorável aos beneficiários.

Mais uma vez, o resultado mais vantajoso para o pensionista seria o montante que resulta da soma das prestações proporcionais, €851.96 (Anexo VIII).

De facto, também neste caso, a soma de 15 anos mais 15 anos, contabilizados autonomamente ao abrigo de dos dois regimes, tem resultados diferentes do da soma da metade de duas pensões de calculadas com a ponderação dos 30 anos.

3.2.4. Trabalhador com carreira contributiva repartida entre Portugal e Espanha

Debrucemos-mos agora sobre um caso do trabalho português que tenha repartido os seus períodos contributivos entre Portugal (durante o período de 1981 – 1995) e Espanha (durante o período de 1996 – 2010).

Ora, em Portugal, tendo como referência os casos analisados previamente, tendo em conta que estariam cumpridos todos os pressupostos, a *prestação autónoma* teria o seguinte valor mensal: €261.73 - isto, com os 15 anos de contribuições contabilizados isoladamente, nos termos do art. 52º, n. 1, al. a) do Regulamento (CE) n.º 883/2004.

Da aplicação das regras do sistema em Espanha (Anexo IX), o trabalhador receberia uma prestação mensal no valor de: €905.24 (durante 14 meses por ano), quando contabilizados os 15 anos, sem atender aos restantes 15 cumpridos em Portugal

Assim, a soma das duas pensões calculadas autonomamente tem como resultado o seguinte valor mensal: €1166.97 (Anexo X).

Recorde-se que nos termos do art. 52º, n. 1, al. b) do Regulamento (CE) n.º 883/2004, cada uma das instituições competentes calcula o montante da prestação mediante o cálculo do *montante teórico*, seguido do cálculo de um *montante efectivo* (prestação proporcional), no caso de esta se revelar a hipótese mais favorável aos beneficiários.

No entanto, ao contrário do resultado nas simulações anteriores, nesta situação, o valor mensal resultante do cálculo pro-rata (€1161,85) não é o que mais favorece o trabalhador, pelo que o valor a que este teria direito seria o que resulta da soma das prestações contabilizadas a 15 anos (€1166.97), ainda que a diferença seja ligeira- Anexo X.

O resultado seria, contudo, diferente se o trabalhador tivesse cumprido os primeiros 15 anos de contribuições em Espanha (período de 1981 – 1995). Isto significaria que para a

remuneração de referência, em Portugal, seriam tidos em conta os últimos 15 anos (com salários naturalmente superiores durante o período de 1996 – 2010), enquanto na fórmula de Espanha, a remuneração de referência incluía os primeiros 15 anos.

Deste modo, a soma dos valores dos 15 anos isolados tem como resultado o seguinte valor mensal: €1024,86, enquanto o valor resultado do cálculo pro-rata seria: €1161,85. Logo, de acordo com o previsto no art. 52º, n. 4, do Regulamento (CE) n.º 883/2004, o valor a que o trabalhador teria direito, nesta situação, seria o montante calculado proporcionalmente.

3.3. Reflexões finais

As regras de cálculo são bastante distintas nos países que estiveram em causa, no entanto, todos valorizam favoravelmente um período contributivo mais longo, pelo que o cálculo proporcional se revela muitas vezes o mais benéfico quando há períodos contributivos cumpridos em mais do que um Estado-Membro.

Assim, em Portugal, a taxa anual de formação da pensão é de 2% por cada ano civil relevante, no caso de haver 20 anos ou menos de contribuições, enquanto que com 21 anos civis ou mais, esta taxa varia entre 2% a 2,3%.

Em França, o direito de formação do direito de pensão também se relaciona com a longevidade da carreira contributiva, sendo incluído na fórmula um fator de desconto que varia consoante o número de meses que faltam para o período necessário à formação da reforma completa.

Em Espanha, a taxa de formação do direito de pensão depende também do número de anos de contribuições. Sendo que, neste caso, após 15 anos de contribuições, o beneficiário tem direito a 50% da remuneração de referência e percentagem vai

aumentando progressivamente até que, com 35 anos de carreira, a percentagem sobre a remuneração de referência ascende aos 100%.

Já na Alemanha, o sistema dos pontos não beneficia tanto a duração da carreira contributiva, mas antes o valor das remunerações registadas ao longo da carreira contributiva.

Neste caso, um ponto é adquirido no final de um ano, se atingida a média das contribuições registadas nesse mesmo ano. Deste modo, um ano em que o trabalhador tenha contribuído abaixo da média, pode ser compensado por um ano com registo de contribuições que lhe podem valer mais do que um ponto.

Concluindo, admite-se a simplificação do exercício de simulações, assente em pressupostos já referidos anteriormente. Com efeito, foi possível chegar, nestes termos, a uma indicação do valor da pensão de velhice obtida por trabalhadores emigrantes, por comparação a um trabalhador português que tenha constituído toda a carreira contributiva em Portugal. O intuito foi perceber a influência do cálculo proporcional, enquanto instrumento legal da União criado para acautelar os interesses dos cidadãos nestas condições.

Na realidade, como já foi referido, só há recurso ao cálculo proporcional quando houver vantagem em relação ao que resultar da aplicação do cálculo da prestação autónoma, de acordo com n.º 4 do art. 52º do Regulamento (CE) n.º 883/2004, sendo um mecanismo que só deve funcionar a favor do beneficiário encerrando em si uma natureza indubitavelmente virtuosa.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo perceber de que forma a proteção dos titulares dos direitos de segurança social sociais é assegurada, num contexto internacional, particularmente na União Europeia, quando estão em causa direitos dos pensionistas.

Estas são questões que nos interpelam e sobre as quais devemos refletir com regularidade, sobretudo quando nos tempos incertos que atravessamos assistimos a uma nova diáspora, que se cruza com uma tendência para a compressão do Estado Social.

Ora, o alcance do conceito de segurança social serve precisamente de mote ao presente estudo, constando-se que as suas diversas conceções, fundadas em razões políticas, económicas, históricas e sociais, podem explicar opções legislativas diversas entre os países da União Europeia.

No contexto europeu, recorde-se a ideia, também desenvolvida neste trabalho, que a via escolhida foi a da coordenação das legislações. De facto, as políticas sociais europeias têm-se mantido no campo da subsidiariedade, sendo que no contexto da crise financeira atual, o seu debate tem sido constante.

Com o presente estudo procurou-se, numa perspetiva de enquadramento teórico, explicar, à luz dos princípios internacionais de segurança social, a existência de instrumentos internacionais que regulam esta matéria, assinalando os que vinculam o Estado português numa perspetiva multilateral e bilateral, em especial no âmbito da União Europeia

Com o foco na matéria das pensões, dedicou-se uma parte ao estudo dos modelos e sistemas de pensões no âmbito da União Europeia, mais precisamente, a um conjunto de países escolhidos segundo um critério de importância enquanto países com maior número de residentes nacionais portugueses – França, Suíça, Alemanha e Espanha.

Concretamente, a produção legislativa das instituições europeias no âmbito da coordenação dos sistemas de segurança social teve o objetivo de não limitar os direitos daqueles que se deslocam na União, tendo em vista a livre circulação de pessoas na Europa.

Na parte empírica da dissertação efectuaram-se simulações baseadas num caso-tipo visando estudar a influência dos mecanismos de cálculo das pensões nos direitos dos beneficiários portugueses, com períodos contributivos nos países cujos sistemas foram estudados e a solução dada pela legislação europeia neste sentido. Essas simulações fornecem uma indicação do valor da pensão de velhice obtida por trabalhadores emigrantes, por comparação a um trabalhador português que tenha constituído toda a carreira contributiva em território português, foram assumidos pressupostos que facilitaram as simulações, como o princípio de que o trabalhador recebia o salário médio do país, assim que inicia a sua carreira contributiva.

Deste modo, ficou demonstrado que, através do método do cálculo proporcional, aos trabalhadores portugueses que cumpram períodos da sua carreira contributiva noutro Estado-Membro, não é imposta uma redução do seu valor mensal de pensão pelo facto de verem a carreira interrompida quando se deslocam no espaço da União. O que está em causa é que com a simples soma de dois períodos cumpridos em Estados-Membros diferentes pode haver perda do benefício conferido por taxas de formação mais favoráveis para carreiras mais longas, de acordo com os diferentes sistemas.

Para tanto, através do cálculo pro-rata a instituição determina a proporção entre a duração dos períodos de seguro cumpridos, ao abrigo da legislação por ela aplicada, e a duração total dos períodos cumpridos, ao abrigo das legislações de outros Estados-Membros às quais o interessado tenha estado sujeito.

Quando esta não se revelar a fórmula mais benéfica para o pensionista não será aplicada, porquanto esta é uma solução que pretende ser efetivamente protetora dos interesses dos cidadãos nacionais que constituam períodos de seguro noutros países da União Europeia.

Referências bibliográficas

- Conceição, Apelles J.B (2008). *Segurança Social - Manual Prático*, Coimbra: Almedina, 8ª Edição.
- Commission of the European Communities (2008). Communication from the commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and the social Committee and the Committee of the Regions - *A Common Immigration Policy for Europe: Principles, actions and tools*, Brussels; Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0359:FIN:EN:PDF> [Acesso em 2013.05.29].
- Comissão Europeia (CE) (2009). *50 years of social security coordination*, Report of the conference celebrating 50th anniversary of the European Coordination of social security, Prague.
- Comissão Europeia (CE) (2010). *Joint Report on Pensions Progress and key challenges in the delivery of adequate and sustainable pensions in Europe, Country profiles*, http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/occasional_paper/2010/pdf/ocp71_country_profiles_en.pdf [Acesso em: 2013/07/25].
- Comissão Europeia (CE) (2013). *MISSOC Comparative Tables Database* [base de dados]. Janeiro de 2013: Disponível em: <http://www.missoc.org/MISSOC/INFORMATIONBASE/informationBase.jsp> [Acesso em: 2013/07/24].
- Cremers, J. (2011). Coordination of national social security in the EU Rules applicable in multiple cross border situations. *Marmara Journal of European Studies*, 19 (2) http://www.uvaaias.net/uploaded_files/publications/MarmaraJournalJanCremers.pdf [Acesso em 2012.12.20].
- Direção Geral da Segurança Social (DGSS) (2012). *Sistema de Segurança Social*, Lisboa.
- Dupeyroux, J.J (1988). *Droit de la sécurité sociale*, Dalloz, 11ª Edição.

- European Social Observatory (2011). *Scope of the Coordination System in the Pension Field*. Disponível em: http://www.ose.be/files/publication/2011/OSE_2011_ScopeCoordinationPensionField_FinalReport.pdf [Acesso em 2013.05.29].
- Eurostat (2012a). *Europe in figures. Eurostat year book 2012*. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-CD-12-001/EN/KS-CD-12-001-EN.PDF [Acesso em: 2013/08/20].
- Eurostat (2012b). *Eurostat – Tables, Graphs and Maps Interface* [base de dados]. Agosto de 2013 Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcod=e=tps00175&plugin=1> [Acesso em: 2013/08/20].
- Ferrão, M., (2009). *Âmbito subjectivo de aplicação do Direito Comunitário da Segurança Social* – algumas considerações, Separata da Revista O Direito, Ano 141.º V p. 1129-1179, Almedina.
- Mendes, F. (2011). *Segurança Social - O futuro hipotecado*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Natali, D. (2008). *Pensions in Europe, European Pensions*, Brussels: PIE Peter Lang.
- Natali, D. & Guardiancich, I (2011). Pensions Systems in the EU: Reform Trends and their Architecture, first deliverable for the project, *Scope of the Coordination system in the pension field*. DG Employment and Social Affairs.
- Neves, I. (1996). *Direito da Segurança Social, Princípios fundamentais numa análise prospectiva*, Coimbra Editora.
- Neves, I. (1998). *Crise e Reforma da Segurança social – Equívocos e análise*,, Edições Chambel, Lda.
- Neves, I. (2001) *Dicionário Técnico e Jurídico de Protecção Social*, Coimbra Editora.
- Observatório da Emigração (2013). *Países de destino da emigração portuguesa* [Base de dados], Julho 2013. Disponível em: <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt> [Acesso em: 2013/07/30].
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2005). *Pensions at a glance*, Disponível em: <http://www.oecd->

ilibrary.org/docserver/download/8105021e.pdf?expires=1377568265&id=id&accname=guest&checksum=36A75B4E7202D53EFECDD25D2949BA28A [Acesso em: 2013/08/24].

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2011). *Pensions at a glance*, Disponível em: <http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/8111011e.pdf?expires=1377432031&id=id&accname=guest&checksum=233E119D54C59D6D27F0745F8082C0B7> [Acesso em: 2013/08/26].

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2010). Technical Support Team and Country Office for Central and Eastern Europe. –*Coordination of Social Security-Training Modules* – Budapest Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@europe/@ro-geneva/@sro-budapest/documents/publication/wcms_168752.pdf [Acesso em 2012.12.21].

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2010). Technical Support Team and Country Office for Central and Eastern Europe. –: *Coordination of Social Security Systems in the European Union: An explanatory report on EC Regulation No 883/2004 and its Implementing Regulation No 987/2009*. Budapest. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---sro-budapest/documents/publication/wcms_166995.pdf [Acesso em 2012.12.20].

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2012). *Social Protection floor for a fair and inclusive globalisation*, Geneva. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-CD-12-001/EN/KS-CD-12-001-EN.PDF [Acesso em 2013.08.20].

Peixoto, J. (Coord.), Marçalo, C., Tolentino, N., (2011). *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*, Observatório da Imigração, 1ª Ed., Lisboa, PCM e ACIDI.

Pizarro, S., *Direito de Segurança Social das Comunidades Europeias*. 1982.

Rogowski, R. & Kajtár, E. (2004). *The European Social Model and Coordination of Social Policy: An overview of policies, competences and new challenges at the EU level*. Disponível em: http://www.siswo.uva.nl/tlm/confbuda/papers/papers_files/RT3%20Rogowski%20Kajtar%20%20The%20European%20Social%20Model%20and%20Coordination%20of%20Social%20Policy.pdf [Acesso em 2012.12.21].

The Social Protection Committee (2008) *Privately managed funded pension provision and their contribution to adequate and sustainable pensions*. Disponível em: http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/adequacy_sustainability_en.htm [Acesso em 2013.05.29].

Wheeler, S. & Waite, M. (2003). *Migration and Social Protection: A Concept Paper*, Institute of Development Studies, Sussex.

World Bank (2003) *Social Risk Management: The World Bank's Approach to Social Protection in a Globalizing World* Robert Holzmann, Lynne Sherburne-Benz, and Emil Tesliuc Social Protection Department, The World Bank Washington, D.C.

Legislação

Lei nº 13/2003, de 21 de Maio de 2003

Lei nº 60/2005, de 29 de Dezembro

Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro

Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro

Decreto-lei n.º 187/2007, de 10 de Maio

Regulamento (CE) N.º 883/2004 do Parlamento e do Conselho (2004), Jornal Oficial da União Europeia, L166, de 30.4.2004

Regulamento (CE) N.º 987/2009 do Parlamento e do Conselho (2009), Jornal Oficial da União Europeia, L284/1, de 16.10.2009

**ANEXO I - CONVENÇÕES SOBRE SEGURANÇA SOCIAL CELEBRADAS POR PORTUGAL
COM OUTROS PAÍSES**

PAÍS/ACORDO		DATA DA ASSINATURA	DIPLOMA DE RATIFICAÇÃO / APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA			DATA DA ENTRADA EM VIGOR	OBSERVAÇÕES
				N.º	S	DATA		
1	ANDORRA							
	1.1 Convenção	11.03.88	D. 12/90	100	I	02.05.90	01.07.91	
	1.2 Acordo Administrativo	11.03.88	Aviso	100	I	02.05.90	01.07.91	
2	ANGOLA							
	2.1 Convenção	27.10.2003	D. 32/2004	255	I-A	29.10.2004	---	Aguarda entrada em vigor
3	ARGENTINA							
	3.1 Convenção	20.05.66	DL. 47 190	210	I	09.09.66	27.10.67	
	3.2. Acordo Administrativo	28.12.71	Aviso	52	I	02.03.72	28.12.71	Com efeitos desde 27.10.67
	3.3. Convenção	09.11.2007	D. 10/2009	66	I	03.04.2009	---	Aguarda entrada em vigor
4	AUSTRÁLIA							
	4.1 Convenção	03.09.2001	D. 11/2002	87	I-A	13.04.2002	01.10.2002	
	4.2 Acordo Administrativo	15.07.2003	Aviso n.º 228/2003	280	I-A	04.12.2003	01.10.2002	
5	BRASIL							
	5.1 Acordo	07.05.91	DPR 67/94	198	I-A	27.08.94	16.04.95	
	5.2 Ajuste Administrativo	07.05.91	Aviso	198	I-A	27.08.94	16.04.95	
	5.3 Adicional ao Acordo	09.08.2006	R. da AR n.º 6/2009	40	I	26.02.2009	---	Aguarda entrada em vigor
6	CABO VERDE							
	6.1. Convenção	10.04.2001	D. 2/2005	25	I-A	04.02.2005	01.04.2005	
	6.2. Acordo Administrativo	25.07.2007	Aviso nº 379/2007	223	I	20.11.2007	25.07.2007	Com efeitos desde 01.04.2005
7	CANADA							
	7.1 Acordo	15.12.80	D. 34/81	53	I	05.03.81	01.05.81	Novo Acordo em negociação
	7.2 Acordo Administrativo	15.12.80	Aviso	34	I	10.02.81	01.05.81	
	Província do Quebec							
	7.3 Ajuste	20.03.81	Aviso	218	I	22.09.81	01.07.81	
	7.4 Acordo Administrativo	20.03.81	Aviso	218	I	22.09.81	01.07.81	
	7.5 Ajuste Complementar	28.03.90	D. 61/91	280	I-A	05.12.91	01.11.92	
	7.6 Acordo Administrativo	28.03.90	D. 61/91	280	I-A	05.12.91	01.11.92	
	Província do Ontário							
	7.7 Ajuste referente à reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais	03.08.82	Port. 433/84	152	I	03.07.84	01.08.84	Celebrado entre as instituições competentes de Portugal e da Província do Ontário
8	CHILE							
	8.1 Convenção	25.03.99	D. 34/99	204	I-A	01.09.99	01.11.01	
	8.2 Acordo Administrativo	25.03.99	D.57/99	291	I-A	16.12.99	01.11.01	
9	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA							
	9.1 Acordo relativo à exportação de pensões	01.05.68	Aviso	57	I	09.03.71	01.05.68	Acordo por troca de notas
	9.2 Acordo sobre segurança social (pensões)	30.03.88	DL. 48/88	299	I	28.12.88	01.08.89	
10	9.3 Acordo Administrativo	30.03.88	DL. 47/88	297	I	26.12.88	01.08.89	
	GUINÉ-BISSAU							
	10.1 Convenção	08.11.93	D. 35/94	269	I-A	21.11.94	---	Aguarda entrada em vigor
	10.2 Acordo Administrativo	06.02.98	D. 30/99	185	I-A	10.08.99	---	Aguarda entrada em vigor
11	LUXEMBURGO - C. VERDE							
	11.1 Convenção relativa à adesão de Cabo Verde à							

	Convenção Luso -Luxemburguesa 11.2 Protocolo de Adesão	01.07.81 01.07.81	D. 126/81 D. 126/81	242 242	I I	21.10.81 21.10.81	01.09.85 01.09.85	
12	MARROCOS 12.1 Convenção 12.2 Acordo Administrativo	14.11.98 02.06.2010	D 27/99 Aviso n.º 127/2010	170 137	I-A I	23.07.99 16.07.2010	01.10.2000 02.06.2010	Com efeitos desde 01.10.2000
13	MOÇAMBIQUE 13.1 Convenção	30.04.2010	D. 19/2011	233	I	06.12.2011		Aguarda entrada em vigor
14	MOLDOVA 14.1 Convenção 14.2 Acordo Administrativo	11.02.2009 26.10.2011	D. 93/2010 Aviso n.º 241	187 231	I I	24.09.2010 02.12.2011	01.12.2010 01.12.2010	
15	REINO UNIDO - ILHAS DO CANAL 15.1 Convenção 15.2 Acordo Administrativo	15.11.78 31.12.81	D. 16/79 Aviso	38 223	I I	14.02.79 25.09.82	1.10.79 1.10.79	
16	ROMÉNIA 16.1 Convenção	01.08.2006	R. da AR n.º 8/2009	40	I	26.02.2009	01.06.09	
17	S. TOMÉ E PRÍNCIPE 17.1 Convenção 17.2 Acordo Administrativo	17.02.2004 29.09.2005	D. 24/2005 Aviso n.º 451/2005	213 241	I-A I-A	7.11.05 19.12.05	--- ---	Aguarda entrada em vigor Aguarda entrada em vigor
18	TUNÍSIA 18.1 Convenção 18.2 Acordo Administrativo 18.3 Acordo Específico sobre reembolsos	09.11.2006 23.03.2010 23.03.2010	D. 34/2009 Aviso n.º 96/2010 Aviso n.º 96/2010	75 122 122	I I I	17.04.2009 25.06.2010 25.06.2010	24.04.2009 24.04.2009 24.04.2009	
19	UCRÂNIA 19.1 Convenção 19.2 Acordo Administrativo	07.07.2009 25.09.2009	D. 8/2010 Aviso n.º 78/2010	81 108	I I	27.04.2010 04.06.2010	01.03.2012 01.03.2012	
#	URUGUAI 20.1 Acordo Administrativo	29.05.87	Aviso	148	I	01.07.87	01.12.87	V. quadro III - 4.2.1
21	VENEZUELA 21.1 Convenção 21.2 Acordo Administrativo	21.07.89 05.03.90	D. 27/92 D. 27/92	127 127	I-A I-A	02.06.92 02.06.92	01.01.93 01.01.93	

Fonte: DGSS/DSNEC – Maio/2013

ANEXO II - ACORDOS MULTILATERAIS SOBRE SEGURANÇA SOCIAL CELEBRADOS

POR PORTUGAL NO ÂMBITO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS ACORDOS	Data e local de assinatura ou da sessão de adopção	Data da assinatura, por Portugal	Diploma de ratificação ou aprovação	Publicação no Diário da República			Data do Depósito/ Registo/ Comunicação do instrumento de ratificação/aprovação	Data de entrada em vigor para Portugal	OBSERVAÇÕES
					N.º	S	Date			
1	CONSELHO DA EUROPA 1.1 Acordo Provisório Europeu sobre os regimes de segurança social relati-vos à invalidez, velhice e sobrevivência	Paris 11.12.53	27.04.77	D. 3/78	7	I	09.01.78	21.04.78	01.05.78	Rectificação no Diário da República I-119, de 24.05.78
	1.2 Acordo Provisório Europeu sobre os regimes de segurança social, à excepção da invalidez, velhice e sobrevivência	Paris 11.12.53	27.04.77	D. 13/78	22	I	26.01.78	21.04.78	01.05.78	01.05.78
	1.3 Convenção Europeia sobre assis-tência social e médica e respectivo Protocolo	Paris 11.12.53	27.04.77	D. 182/77	302 2º. Supl.	I	31.12.77	04.07.78	01.08.78	Rectificação no DR I-120, de 26.05.78
	1.4 Convenção Europeia de Segurança Social e Acordo Complementar	Paris 14.12.72	24.11.77	D. 117/82	242 Spl.	I	19.10.82	18.03.83	18.06.83	
	1.5 Código Europeu de Segurança Social e respectivo Protocolo	Estrasburgo 16.04.64	19.11.81	D. 35/83	110	I	13.05.83	15.05.84	16.05.85	
	1.6 Convenção Europeia relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante	Estrasburgo 24.11.77		D. 162/78	296	I	27.12.78	15.03.69	01.05.83	Artºs. 18º., 19º. e 20º.
	1.7 Carta Social Europeia	Turim 18.10.61	01.06.82	Resolução A.R. 2191	179	I-A	06.09.91	30.09.91	30.10.91	
	1.7.1 Protocolo de alteração da Carta Social Europeia	Turim 21.10.91	24.02.92	Resolução A.R. 3792	300	I-A	30.12.92	03.03.93		
	1.8 Carta Social Europeia Revista	Estrasburgo 03.05.96	03.05.96	D. 54-A/2001	Spl.	I-A	17.10.01	30.05.02	01.07.02	
2	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)									
	2.1 Convenção n.º 8: Indemnização por desemprego em caso de naufrágio (1920)	2.ª Sessão		D. 133/80	276	I	28.11.80	19.05.81	19.05.81	
	2.2 Convenção n.º 12: Acidentes de trabalho (agricultura) (1921)	3.ª Sessão		DL 42 874	61	I	15.03.58	16.05.60	16.05.60	
	2.3 Convenção n.º 17: Reparação de acidentes de trabalho (1925)	3.ª Sessão		DL 16 586	-	I	09.03.29	27.03.29	27.03.29	
	2.4 Convenção n.º 18: Doença Profissionais (1925)	7.ª Sessão		DL 16 587	-	I	09.03.29	27.03.29	27.03.29	
	2.5 Convenção n.º 19: Igualdade de tratamento (acidentes de trabalho) (1925)	7.ª Sessão		DL 16 588	-	I	09.03.29	27.03.92	27.03.29	
	2.6 Convenção n.º 97: Trabalhadores Migrantes (revista) (1949)	32.ª Sessão		Lei 50/78	168	I	25.07.78	12.12.78	12.12.78	Artº. 6º.
	2.7 Convenção n.º 102: Norma Mínima de Segurança Social (1952)	35.ª Sessão		Resolução A.R. 31/92	254	I-A	03.11.92			
	2.8 Convenção n.º 103: Protecção da Maternidade (revista) (1952)	35.ª Sessão		DG 103/84	235	I	10.10.84			
	2.9 Convenção n.º 117: Política Social (objectivos e normas de base) (1962)	46ª Sessão		DL 57/80	176	I	01.08.80	09.01.81	01.05.81	Artº. 8º.
	2.10 Convenção n.º 143: Trabalhadores Migrantes (disposições complementares) (1975)	60.ª Sessão		Lei 52/78	168	I	25.07.78	12.07.78	12.07.79	Artº. 10º.
3	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)									
	3.1 Pacto Internacional sobre os Direi-tos Económicos, Sociais e Culturais	Nova Iorque								
		19.10.66	07.10.76		157	I	11.07.78	31.07.78	31.10.78	

				Lei 45/78						
4	ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DE SEGURANÇA SOCIAL (O.I.S.S.)	Quito 26.01.78		DG 85/78	301	I	31.12.84	04.01.85	05.01.85	
	4.1 Tratado da Comunidade Ibero-Americana de Segurança Social	Quito 17.03.82		Resolução A.R. 8/87	55	I	07.03.87			Rat. Dec. Pres.Rep. N.º 64/88, DR I- 275, de 28.11.88
	4.2 Convenção Ibero-Americana de Segurança Social	Quito 26.01.78		DG 85/84	301	I	31.12.84	04.01.85	05.01.85	
	4.2.1 URUGUAI: Acordo Administrativo	Lisboa 29.05.87		Aviso	148	I	01.07.87		01.12.87	
	4.3 Convenção Ibero-Americana de Cooperação no domínio da Segurança Social	Quito 26.01.87		DG 86/84	301	I	31.12.84	04.01.85	05.01.85	
	4.4 Código Ibero-Americano de Segurança Social	Madrid 19.09.95		Dec. Pres. Rep. 24/00	88	I-A	13.04.00			
	4.5 Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social	Santiago do Chile 10.11.2007	10.11.2007	D. 15/2010	209	I	27.10.2010	22.12.2010	01.05.2011	Só produz efeitos entre os Estados signatários quando o Acordo de Aplicação entrar em vigor

Fonte: DGSS/DSNEC – Maio/2013

ANEXO III - ACORDOS BILATERAIS DE SEGURANÇA SOCIAL A QUE PORTUGAL ESTÁ VINCULADO

	Andorra	Angola	Argentina		Austrália	Brasil		Cabo Verde	Canadá(a)	Chile	EUA
Diploma de ratificação ou aprovação/Aviso de publicação	Dec. 12/1990 de 02.05	Dec. 32/2004 de 29.10	DL 4719 de 09.09.1966	Dec. 10/09 De 03.04.09	Dec. 11/2002 de 13.04	Dec. 67/94 de 27.08	R AR. 6/2009 de 26.02 (Acordo que altera o Acordo)	Dec. 2/2005 de 04.02	Dec. 34/1981 de 05.03	Dec. 34/1999 de 09.01.2000	DL 48/1988 de 28.12
Data de entrada em vigor	01.07.1991	(Aguarda entrada em vigor)	27.10.1967	(aguarda entrada em vigor)	01.10.2002	16.04.1995	01.05.2013 913 Aviso 80/2013	01.04.2005	01.05.1981	11.01.2001	01.08.1989
Campo de aplicação pessoal											
Nacionais segurados		X	X					X			
Segurados independentemente da nacionalidade	X			X	X	X	X		X	X	X
Familiares e sobreviventes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Funcionários públicos							X				
Campo de aplicação material											
Doença e maternidade	X	X	X	X	X	X	X	X		X (g)	
Invalidez, velhice e morte (sobr.)	X	X (i)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Subsídio por morte	X	X (j)	X	X	X	X	X	X	X		
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	X	X	X	X	X	X (l)	X (l)	X			
Prestações de desemprego		X (m)			X (n)			X (o)			
Prestações familiares		X		X (g)	X (q)	X	X	X			
Prestações do regime não contributivo		X (s)			X (p)		X (v)	X (t)	X (r)		
Função pública							X				

Fonte: DGSS/DSNEC – Maio/2013

ANEXO III - ACORDOS BILATERAIS DE SEGURANÇA SOCIAL A QUE PORTUGAL SE ENCONTRA VINCULADO (Cont.)

	Guiné	Marrocos	Moçambique	Moldova	Ontário	Quebeque	Roménia (y)	S. Tomé e Príncipe	Tunísia	Ucrânia
Diploma de ratificação ou aprovação/Aviso de publicação	Dec. 35/1994 de 21.11	Dec. 27/1999 de 23.07	Dec. 19/2011 de 06.12.2011	Dec. 93/2010 de 02.12.2011	Port. 433/1984 de 03.07	Aviso de 14.08.1981 (b) Dec. 61/1991 de 05.12	R. AR n.º 8/2009 de 26.02.2009	Dec. 24/2005 de 07.11	Dec. 34/2009 de 17.04.2009	Dec. 8/2010 de 27.04.2010
Data de entrada em vigor	(Aguarda entrada em vigor)	01.10.2000	(Aguarda entrada em vigor)	01.12.2010 Aviso n.º 241	01.08.1984	01.07.1981(e) Aviso 01.11.1992 (c)	01.06.2009	(Aguarda entrada em vigor)	24.04.2009	01.03.2012
Campo de aplicação pessoal										
Nacionais segurados	X	X	X	X			X	X	X	X
Segurados independentemente da nacionalidade					X	X				
Familiares e sobreviventes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Funcionários públicos										
Campo de aplicação material										
Doença e maternidade	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Invalidez, velhice e morte (sobr.)	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Subsídio por morte		X	X	X		X	X	X	X	X
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Prestações de desemprego		X (g)	X (u)	X (j)			X	X (u)	X(g)	X(j)
Prestações familiares	X	X(k)	X			X	X (z)	X (u)	X(k)	X (z)
Prestações do regime não contributivo	X (p)		X (x)					X (u)		

Fonte: DGSS/DSNEC – Maio/2013

ANEXO III - NOTAS: (Cont.)

- (a) Em fase de revisão
- (b) Ajuste de 20.03.1981 celebrado no âmbito da Convenção com o Canadá
- (c) Ajuste Complementar de 28.03.1990
- (d) Celebrada no âmbito da Convenção Ibero-Americana de Segurança Social de 26.01.1978 (art. 17.º)
- (e) Igualdade de tratamento só para nacionais
- (g) Apenas igualdade de tratamento
- (h) Prestações em espécie concedidas num Estado Contratante mediante solicitação do outro Estado
- (i) Invalidez – apenas igualdade de tratamento no que respeita à aplicação da legislação portuguesa
- (j) Apenas prevista a totalização
- (k) Prestações exportáveis
- (l) Na avaliação do grau de incapacidade são tidos em conta os acidentes ocorridos no outro Estado.
- (m) Apenas igualdade de tratamento no que respeita à aplicação da legislação portuguesa
- (n) Apenas prevista a totalização pela Parte portuguesa
- (o) Prevista a igualdade de tratamento e totalização
- (p) Abrange as pensões sociais de invalidez, velhice, sobrevivência e complemento por dependência previstas na legislação portuguesa – não exportáveis
- (q) Apenas para pensionistas
- (r) Embora o texto se refira apenas a pensão social [art. 2.º, n.1, alínea a), subalínea iii)], parece que deverá entender-se que abrange, pelo menos, as eventualidades de invalidez, velhice, orfandade e dependência – não exportáveis
- (s) Abrange as prestações nas eventualidades de encargos familiares, invalidez, velhice, viuvez, orfandade e dependência previstas na legislação portuguesa – não exportáveis
- (t) Abrange as pensões sociais de invalidez, velhice e complemento por dependência, previstas na legislação portuguesa, e a protecção social mínima prevista na legislação cabo-verdiana – não exportáveis
- (u) Apenas igualdade de tratamento no que respeita à aplicação da legislação portuguesa – concessão da prestação apenas prevista pela Parte portuguesa
- (v) Abrange as prestações nas eventualidades de invalidez, velhice, viuvez e orfandade previstas na legislação portuguesa – não exportáveis
- (x) Abrange actualmente as prestações nas eventualidades de encargos familiares, invalidez, velhice, morte, deficiência e dependência previstas na legislação portuguesa e, no futuro, as prestações cobertas pelo regime moçambicano – não exportáveis em ambos os casos
- (z) Prestações familiares não exportáveis
- (y) Apenas nas matérias não abrangidas pelos Regulamentos Comunitários e/ou desde que mais favoráveis, desde 1 de Janeiro de 2007, data da adesão da Roménia à União Europeia

ANEXO IV – FÓRMULA DE CÁLCULO - PORTUGAL³²

A remuneração de referência é definida pela fórmula: **TR/(n x 14)**, em que:

TR = total das remunerações anuais revalorizadas³³ de toda a carreira contributiva e “**n**” o número de anos civis com registo de remunerações até ao limite de 40.

Fórmula de cálculo:

Número de anos com registo de remunerações		
Com 20 anos ou menos	Com 21 anos ou mais (cálculo em função do valor da RR)	
P = RR x 2% x N	Remuneração de referência (RR)	Fórmula de cálculo
	≤ 1,1 IAS	$P = RR \times 2,3\% \times N$
	> 1,1 IAS e < 2 IAS	$P = (1,1 \text{ IAS} \times 2,3\% \times N) + [(RR - 1,1 \text{ IAS}) \times 2,25\% \times N]$
	> 2 IAS e ≤ 4 IAS	$P = (1,1 \text{ IAS} \times 2,3\% \times N) + (0,9 \text{ IAS} \times 2,25\% \times N) + [(RR - 2 \text{ IAS}) \times 2,2\% \times N]$
	> 4 IAS e até 8 IAS	$P = (1,1 \text{ IAS} \times 2,3\% \times N) + (0,9 \text{ IAS} \times 2,25\% \times N) + (2 \text{ IAS} \times 2,2\% \times N) + [(RR - 4 \text{ IAS}) \times 2,1\% \times N]$
	> 8 IAS	$P = (1,1 \text{ IAS} \times 2,3\% \times N) + (0,9 \text{ IAS} \times 2,25\% \times N) + (2 \text{ IAS} \times 2,2\% \times N) + (4 \text{ IAS} \times 2,1\% \times N) + [(RR - 8 \text{ IAS}) \times 2\% \times N]$

Fonte: DGSS, 2012

Em que:

P = montante mensal da pensão estatutária

RR = remuneração de referência

N = número de anos civis com registo de remunerações relevantes para efeitos da taxa de formação da pensão, com o limite de 40

IAS = indexante dos apoios sociais (em 2011, €419,22)

³² Informação constante do documento DGSS, 2012.

³³ As remunerações registadas são atualizadas por aplicação do índice geral de preços ao consumidor (IPC) sem habitação. Para o exercício, os salários foram atualizados à taxa fixa de crescimento real de 2% ao longo da carreira contributiva, à semelhança da técnica utilizada pela OCDE (2011) no estudo dos sistemas de pensões.

ANEXO IV – FÓRMULA DE CÁLCULO – PORTUGAL (CONT.)

Fator de sustentabilidade

Fator aplicável na data do cálculo pensão de velhice (**em 2011, 0.9686**), ao montante da pensão estatutária, correspondente ao ano de início, definido pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{FS = EMV2006/EMVano\ i-1}$$

Em que:

FS = o fator de sustentabilidade;

EMV2006 = a esperança média de vida aos 65 anos verificada em 2006

EMVano i-1 = a esperança média de vida aos 65 anos verificada no ano anterior ao de início da pensão

ANEXO V– REGRAS CÁLCULO DAS PENSÕES EM FRANÇA³⁴

Fórmula de Cálculo:

$$RR \times T \times n/160 \text{ a } 166$$

Em que:

RR = Média de um x número de anos de contribuições, consoante o ano de nascimento.

(no exercício, foi considerada a média dos últimos 21 anos)

T= taxa de formação (50%, no caso de pensão completa)

n = número de trimestres de contribuições/ 160 trimestres, para pessoas nascidas após 1947.

³⁴ Informação disponível no site: <https://www.lassuranceretraite.fr/cs/Satellite/ENCareer-inFranceandanothercountry.pdf?blobkey=id&blobwhere=5288817047926&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs&ssbinary=true&blobheader=applicationFpdf> (consultado dia: 17/09/2013)

ANEXO VI – CÁLCULO DAS PENSÕES EM PORTUGAL – FRANÇA

Salários médios anuais brutos					
Carreira	Ano	Portugal	França		
30	2010	19424,00	37627,00		
29	2009	19043,14	36889,22		
28	2008	18669,74	36165,90		
27	2007	18303,67	35456,76		
26	2006	17944,77	34761,53		
25	2005	17592,92	34079,93		
24	2004	17247,96	33411,70		
23	2003	16909,76	32756,57		
22	2002	16578,20	32114,28		
21	2001	16253,13	31484,59		
20	2000	15934,45	30867,25		
19	1999	15622,01	30262,01		
18	1998	15315,69	29668,63		
17	1997	15015,38	29086,89		
16	1996	14720,96	28516,56		
15	1995	14432,32	27957,42		
14	1994	14149,33	27409,23		
13	1993	13871,89	26871,79		
12	1992	13599,90	26344,90		
11	1991	13333,23	25828,33		
10	1990	13071,80	25321,89		
9	1989	12815,49	24825,38		
8	1988	12564,20	24338,61		
7	1987	12317,84	23861,38		
6	1986	12076,32	23393,51		
5	1985	11839,53	22934,82		
4	1984	11607,38	22485,12		
3	1983	11379,78	22044,23		
2	1982	11156,65	21611,99		
1	1981	10937,89	21188,23		
15 anos isolados				30 anos ponderados	
				Fórmula PT	Fórmula FR
RR		12610,24	32876,59	14790,98	30804,90
RR mensal		900,73	2348,33	1056,50	2200,35
Pensão mensal		261,73	330,23	694,28	825,13
Total Pensão mensal		1166,97			
Total Pensão mensal PT+FR		591,97		Pro-rata PT_FR	759,70

ANEXO VII – REGRAS DE CÁLCULO – ALEMANHA³⁵

Fórmula de cálculo:

PT X AR

PT = 1 ponto/ano (cada ponto equivalia em 2008 a 316€ em contribuições)

Cada ponto (PT) é conseguido após 1 ano de contribuições se atingidas as contribuições médias daquele ano. A tabela seguinte faz a correspondência para os anos relevantes para o exercício. AR = 28.07€ (valor válido para a região *WestDeustchland*, em 2010) valor de pensão média atualizado anualmente.

Ano	Salários	Salários médios anuais	Pontos
2010	44465,00	31144	1,42900207
2009	43593,14	30506	1,42900207
2008	42738,37	30625	1,39553861
2007	41900,36	29951	1,39896373
2006	41078,79	29494	1,39278453
2005	40273,32	29202	1,37912884
2004	39483,65	29060	1,358694
2003	38709,46	28938	1,33766875
2002	37950,45	28626	1,32573358
2001	37206,32	27608	1,34766455
2000	36476,79	27128	1,34461763
1999	35761,56	27608	1,29533309
1998	35060,35	27608	1,2699344
1997	34372,89	27128	1,26706323
1996	33698,91	27608	1,2206213
1995	33038,15	27608	1,19668755
1994	32390,34	27128	1,19398198
1993	31755,24	27608	1,15021872
1992	31132,59	27608	1,12766541
1991	30522,14	27128	1,12511589
1990	29923,67	27608	1,08387679
1989	29336,93	27608	1,0626243
1988	28761,70	27128	1,06022183
1987	28197,74	27608	1,0213613
1986	27644,85	27608	1,00133461
1985	27102,79	27128	0,99907071
1984	26571,36	27608	0,96245157
1983	26050,36	27608	0,94357997
1982	25539,56	27128	0,94144664
1981	25038,79	27608	0,90693961

Fonte: Deutsche-Rentenversicherung, 2013

³⁵ Informação constante do site:

http://www.deutscherentenversicherung.de/cae/servlet/contentblob/232638/publicationFile/58347/rente_s_o_wird_sie_berechnet_alte_bundeslaender.pdf (consultado dia : 10/09/2013)

ANEXO VIII– CÁLCULO PENSÕES PORTUGAL - ALEMANHA

Ano	Salários	Salários médios anuais	Pontos
2010	44465,00	31144	1,42900207
2009	43593,14	30506	1,42900207
2008	42738,37	30625	1,39553861
2007	41900,36	29951	1,39896373
2006	41078,79	29494	1,39278453
2005	40273,32	29202	1,37912884
2004	39483,65	29060	1,358694
2003	38709,46	28938	1,33766875
2002	37950,45	28626	1,32573358
2001	37206,32	27608	1,34766455
2000	36476,79	27128	1,34461763
1999	35761,56	27608	1,29533309
1998	35060,35	27608	1,2699344
1997	34372,89	27128	1,26706323
1996	33698,91	27608	1,2206213
1995	33038,15	27608	1,19668755
1994	32390,34	27128	1,19398198
1993	31755,24	27608	1,15021872
1992	31132,59	27608	1,12766541
1991	30522,14	27128	1,12511589
1990	29923,67	27608	1,08387679
1989	29336,93	27608	1,0626243
1988	28761,70	27128	1,06022183
1987	28197,74	27608	1,0213613
1986	27644,85	27608	1,00133461
1985	27102,79	27128	0,99907071
1984	26571,36	27608	0,96245157
1983	26050,36	27608	0,94357997
1982	25539,56	27128	0,94144664
1981	25038,79	27608	0,90693961
		Pensão mensal AL (30 Anos)	1.009,63 €
			0,31788673
		Pensão mensal PT (30 Anos)	694,28€
		Pensão mensal AL (15 Anos)	568,80 €
		Pensão mensal PT (15 Anos)	261,73 €
		Soma PT+AL	830,53 €
		Pro-rata AL + PT (15+15 anos)	851,96 €

ANEXO IX – FÓRMULA DE CÁLCULO - ESPANHA³⁶

A remuneração de referência é definida pela fórmula: **TRx14/210** em que:

TR = soma das remunerações mensais dos últimos 15 anos (14 meses) pelo número de meses (com subsídios).

Anos de contribuições	% sobre a remuneração de referência
15	50
16	53
17	56
17	59
18	62
20	65
21	68
22	71
23	74
24	77
25	80
26	82
27	84
28	86
29	88
30	90
31	92
32	94
33	96
34	98
35	100

Fonte: www.seg-social.es

³⁶ Informação constante do site: http://www.seg-social.es/Internet_1/Trabajadores/PrestacionesPension10935/Jubilacion/RegimenGeneral/Jubilacionordinaria/Cuantia/index.htm#40827 (consultado dia 10/09/2013)

ANEXO X – CÁLCULO DAS PENSÕES EM PORTUGAL - ESPANHA

Carreira	Ano	Portugal	Espanha		
30	2010	19424	29009		
29	2009	19043,1373	28440,1961		
28	2008	18669,7424	27882,5452		
27	2007	18303,669	27335,8286		
26	2006	17944,7736	26799,832		
25	2005	17592,9153	26274,3451		
24	2004	17247,9561	25759,1618		
23	2003	16909,7609	25254,0802		
22	2002	16578,197	24758,9022		
21	2001	16253,1343	24273,4335		
20	2000	15934,4454	23797,4838		
19	1999	15622,0053	23330,8665		
18	1998	15315,6914	22873,3985		
17	1997	15015,3838	22424,9005		
16	1996	14720,9645	21985,1966		
15	1995	14432,3181	21554,1143		
14	1994	14149,3315	21131,4846		
13	1993	13871,8936	20717,1418		
12	1992	13599,8957	20310,9233		
11	1991	13333,2311	19912,6699		
10	1990	13071,7952	19522,2254		
9	1989	12815,4855	19139,4367		
8	1988	12564,2014	18764,1536		
7	1987	12317,8445	18396,229		
6	1986	12076,3182	18035,5186		
5	1985	11839,5276	17681,881		
4	1984	11607,38	17335,1775		
3	1983	11379,7843	16995,272		
2	1982	11156,6513	16662,0314		
1	1981	10937,8934	16335,3249		
15 anos isolados				fórmula PT	fórmula ES
RR		12610,23	25346,61	14790,98	25346,61
RR mensal		900,73	1810,47	1056,50	1810,47
Pensão mensal		261,73	905,23	694,28	1629,43
Total Pensão mensal		1166,97		Pro rata- PT-ES	1161,85